

COLEÇÃO
Agnello Bittencourt

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

ANUÁRIO

DO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA

1.º ANO — 1931

VOLUME II



RIO DE JANEIRO

IMPRENSA NACIONAL

1945

O ENSINO NO AMAZONAS — LIGEIRO RETROSPECTO, SEU ESTADO ATUAL

Agnello Bittencourt

Diretor Geral da Instrução Pública do Estado

I

Ligeiro retrospecto

A PSICOLOGIA DA ESCOLA ANTIGA

O AMBIENTE

Como prolongamento do ambiente doméstico, em que a criança começa a formação da sua mentalidade, a escola é o cadinho das influências exteriores, onde a alma infantil, pela palavra do mestre e pelo contacto de tantos e tão heterogêneos caracteres, se plasma e tende a consolidar numa diretriz mais definida.

A escola elementar, refletindo e desenvolvendo os sentimentos e as tendências populares, não poderia deixar de ser o que foi e o que é: a necessidade do momento, a traduzir e a satisfazer as novas formas de viver, nas suas oportunas relações sociais.

À evolução nada escapa. Os preceitos pedagógicos precisam ser ocasionais, no fatalismo dos acontecimentos.

O que ninguém contesta é o velho, e cada vez maior, empenho de preparar a juventude e a mocidade para a luta das competições, afim de cada indivíduo apresentar-se melhor aparelhado para a vitória do seu trabalho.

A escola sempre despertou as simpatias de quasi todas as classes do povo amazonense, como dos governos que tem tido, salvo raríssimas exceções. Em nenhuma outra parte do nosso país, visionando êsse escôpo de patriotismo e humanidade, se praticaram tão sucessivos e abundantes atos de criação de escolas e reformas do ensino, como entre nós.

Cada administrador, que era investido no Govêrno, trazia, no seu programa, o sério empenho de dar à instrução popular um desenvolvimento mais amplo, um prestígio mais seguro, numa época em que a cultura intelectual era tão limitada, pois raras as pessoas que sabiam ler e escrever, na antiga Província, mesmo muitos anos após a sua autonomia política. Para o exercício dos cargos públicos, insufficiente número de cidadãos habilitados.

Em nossos arquivos, ainda existem muitos documentos "assinados em cruz".

A propósito das dificuldades de encontrar-se gente idônea, para os empregos da administração, um dos Presidentes da Província lamentava que o Govêrno fosse obrigado a conferir a um único indivíduo, sabendo

apenas firmar seu nome, encargos diversos, cujos mandatos, às vezes, se tornavam incompatíveis. Mas, para quem apelar, no seio da massa ignara desses súditos do grande Império, nascente então sob os auspícios dos nossos primeiros e inolvidáveis estadistas?

E' preciso acentuar que o problema da instrução, já então, bem compreendido e defendido pelos nossos dirigentes, não constituía objeto de imediata necessidade para as camadas inferiores, geralmente constituídas de indígenas ou seus descendentes, em cujo espírito não podiam entrar as cogitações de uma vida melhor, mais confortável e que só a civilização pode assegurar.

Para definir o que foi a psicologia da escola de antanho, sem remontar aos tempos coloniais, basta ler o seguinte trecho do brilhante Relatório apresentado, em 1861, ao Govêrno provincial, pelo grande poeta maranhense Antônio Gonçalves Dias, de regresso de sua viagem de inspeção escolar ao interior do Amazonas:

“Os centros de população são raros e as casas, ou antes, as palhoças, consideravelmente distantes umas das outras, derramam-se por essas ilhas, paranás e igarapés, cheias de meninos, mas longe do povoado; não são habitações duradouras, são ranchos para alguns dias. O seu viver é a caça, a pesca, a procura da salsa e da castanha, e o fabrico da manteiga. O princípio do *primiti capientis* é o que entendem por direito de propriedade; no mais, estimam-na em tão pouco que, do mesmo modo, podem quebrar um pote com manteiga ou lançar fogo à palhoça por qualquer ligeira circunstância. Que lhes morra uma tartaruga, ou que se lhes incendeie a casa, são cousas que em bem pouco os afetam. A canoa, sim, essa é a sua verdadeira propriedade; móvel, como ela, o índio continua o seu viver instável, imprevidente; acomoda-se dentro dela com a mulher e os filhos, e assim vivem muitos meses no ano, dando aos filhos a educação que tiveram e não compreendendo que careçam de mais nada.

Dizer a um deles que mande os filhos à escola, que os não tire dali antes de aptos, é ordenar-lhes que mudem radicalmente sua norma de vida. E' pois, que se pretende chegar a um resultado sem remover as causas que atuam em sentido contrário”.

AS DIFICULDADES DA DIFUSÃO

Em nenhuma outra Província, a eficiência escolar encontrou maiores e mais sérios empecos. De um lado, o indiferentismo das camadas anônimas saídas do primeiro caldeamento étnico dos invasores, portugueses e nordestinos, com o fator autóctone, sem estímulo, nem ambições elevadas.

A natureza abundante e esmagadora, na sua pujança, abate e materializa o entendimento da raça displicente, porque esta não terá necessidade de lutar, para triunfar. O aborígene, é, sem sentir, um autômato, um submetido. Do outro lado, contrapondo-se aos surtos do progresso, aos intuitos da alfabetização, os latifúndios do *hinterland*. Um mundo sem fim, onde o homem civilizado era ainda um intruso, um ser dominado pelo meio físico. Ademais, a simplicidade da vida crematística, limitado o comércio na extração de “drogas” e sua entrega em troca de quinquilharias e objetos de imediato consumo, tudo realizado pelos primitivos e astutos “regatões”, resumia as relações de indivíduo a indivíduo, no trato verbal de todos os negócios.

Em todo o caso, havia certo interêsse por parte dos pais já esclarecidos, que os meninos aprendessem a ler e escrever, ao par de um ofício, quasi sempre de carpinteiro. Desprendimento em relação as meninas, que eram até, proibidas de freqüentar escolas, para evitar que, pela escrita, se comunicassem mais tarde, com os rapazes. Por isso, as aulas que se iam criando destinavam-se ao sexo masculino. As do sexo feminino, como podemos constatar por velhas estatísticas, permaneciam sem freqüência suficiente, pois para as moças a educação não deveria passar de conhecimentos de trabalhos domésticos, tais como cozinhar, engomar, costurar, bordar, dispôr os móveis de uma casa, etc. Para as meninas mais abastadas, a religião, a dança e os bordados. Para que, então, escolas de primeiras letras destinadas ao sexo feminino? Nem se admitia a coeducação, a não ser entre crianças, sobretudo meninos menores de 10 anos. E isso mesmo, com escrúpulo dos pais. Os preconceitos da época entravavam a marcha do ensino.

As atitudes dos maiores, a exemplo dos pais, expressavam-se no mais absoluto recato.

A escola dêsse tempo deveria estar de acôrdo com a mentalidade dos nossos avós, tão intransigentes nos seus princípios de moral. Se a inteligência no seu cultivo podia ser descurada, não acontecia o mesmo com a disciplina da dignidade humana. Um velho senador dizia então: “Se nem todos podem ter talento, ao menos todos são obrigados a possuir carácter”.

A INTRANSIGÊNCIA DA ESCOLA

Media-se o valor de um homem, pelo cumprimento exato de sua palavra. Não se admitiam tergiversações nem desculpas.

Detestavam-se a calúnia e a falta de respeito, muito mais do que hoje. A veneração aos velhos impunha-se a toda a gente! Era tido em despreço o fato de um menino cumprimentar uma pessoa idosa apertando-lhe a mão. A fórmula da cortezia infantil era a bênção como sinal de estima e humildade. O mesmo deveria praticar, ao entrar na escola e ao retirar-se,

em relação ao professor, como em todos os lugares em que o aluno se encontrasse com o mestre.

A escola era o pavor da criança; o primeiro dia de aula, o começo de um prolongado suplício. O professor, com raras exceções, fazia-se um carasco, o fantasma da petizada.

Não se dispensavam as “palmatórias”, as “orelhas de burro” e outros castigos humilhantes. Isto pelas menores culpas. Até as faltas praticadas em casa se puniam na escola, à vista de um recado ou de um simples bilhete (quando havia quem os escrevesse).

Aos sábados, dias reservados aos “argumentos”, em que entravam em torneio as definições decoradas dos compêndios, os partidos escolares — por exemplo: “Troia” e “Grécia”, “Liberal” e “Conservador”, — recrudesciam os *exercícios de fogo*, isto é, as vigorosas palmatoadas, dois bolos por êrro, aplicados pelos pulsos valentes dos “monitores” ou “decuriões”, complemento da escola antiga, sistema Lancaster. . .

Não se compreendia a disciplina escolar, sem a compressão da violência. Pais havia que retiravam seus filhos de uma escola, quando, nela, os castigos eram brandos. Mas, para honra do bom senso, famílias existiam que se revoltavam contra êsse atentado, êsse vilipêndio aos sentimentos infantís.

Que tortura para o espírito de uma criança ao saber que chegara o momento de freqüentar uma escola. Nas aulas, a rispidez do mestre, em casa, o apóio franco às suas severidades. Aluno e professor pareciam repudiar-se.

Os compêndios, de então, sem base na pedagogia científica, sem consultar o gradual crescimento mental do estudante, eram, por outro lado, um empecilho aos surtos da imaginação. Cada aluno restringia-se às regras do seu livro adotado, porque o professor, de compêndio aberto sôbre a mesa magistral, não admitia outras definições.

A Aritmética de Besout, o Manual Enciclopédico, a Gramática de Abílio Cezar Borges, o catecismo da Doutrina Cristã constituíam a biblioteca infantil e o “breviário” do mestre.

Nalgumas escolas e para as classes mais adiantadas, lia-se a Constituição do Império do Brasil, sem o menor comentário.

Não era conhecido, no Brasil, especialmente no Amazonas, outro método de ensinar a ler, senão o da “soletração” pela carta do A B C, método que, infelizmente, até hoje, tem curso forçado nessas afastadas escolas do interior, cujos professores, leigos ainda, não se libertaram da rotina.

A escola antiga, entravada pelos preconceitos do passado, considerava o ensino um meio e não o fim da perfeição humana. Pretendia-se fazer de cada homem um súdito obediente, passivo aos ditames daquela constituição e dos Códigos, e ao mesmo tempo um fiel, cego aos preceitos da Religião oficial.

Dos bancos escolares baniam-se todos os princípios da tolerância, broquel onde hoje assentam as aspirações individuais e as conquistas do pensamento. A criança aprendia mais pelo temor do castigo do que pelo estímulo do mestre. Raros os prêmios, mas abundantes as penas escolares. Não ha notícia de prêmios nas escolas públicas da Província.

O dia em que começavam as férias, término das torturas do ano letivo, era de grande satisfação juvenil. As crianças por dois meses, se iam ver livres do professor.

Estes aspectos da vida escolar, de um passado que não é remoto, definem a psicologia de uma época, em que o ponto de vista pedagógico, jungido à embrionária cultura de então, apenas madrugava para a alvorada de um povo, que tinha de fazer do Amazonas o que êste é agora, no concêrto da Federação nacional. . .

A ESCOLA NO REGIME MONÁRQUICO

OS PRÓDROMOS DO COMBATE

O problema do ensino elementar, ao tempo do antigo regime, constituiu uma das mais sérias preocupações dos nossos primeiros estadistas. O decreto de 15 de outubro de 1857, de D. Pedro I, mandando criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares populosos do Império, foi o brado inicial que se lançou, no país, contra o analfabetismo. O govêrno carecia de súditos que pudessem exercer, até os confins do vastíssimo território pátrio, os mandatos administrativos. Como fazê-lo, com gente iletrada ?

Aquela determinação imperial tinha de abrir as portas da prosperidade ao Brasil e marcar o ponto de partida de todos os grandes acontecimentos e conquistas da nossa história, a contar dessa efeméride. No ensino, pelo esclarecimento do povo, estaria, positivamente, a égide da grandeza nacional. E, assim, sucedeu.

Os primórdios do magistério amazonense são muito vagos e indecisos. Todavia, sabe-se que, por Carta régia de 28 de fevereiro de 1800, foi confirmado o "regimento" estatuído pelo governador do Grão-Pará, Don Francisco de Souza Coutinho, dando à vila de Barcelos uma escola elementar. Parece ter sido a primeira, de ensino público, criada no Amazonas.

Por decreto de 25 de agosto de 1825, o Govêrno do Império mandou que se adotasse o método lancasteriano, pelo qual os alunos mais adiantados deviam auxiliar o professor nos exercícios das classes mais atrasadas. Eram os "monitores" ou "decuriões" Não explicavam, pois sua incumbência não passava de verificar se os seus condiscípulos haviam decorado as lições. Esse regime atentatório dos fundamentos da pedagogia perdurou por largos tempos, enquanto, das regras ou fórmulas gravadas na memória do estudante,

não deu lugar ao da intuição desenvolvida pelo raciocínio, hoje expresso no famoso método Decroly.

Quando chegou ao Amazonas, para ser executado, o decreto referido, de 15 de outubro, já existiam, na então Capitania de S. José do Rio Negro, três escolas, sendo uma no lugar da Barra (mais tarde a cidade de Manaus), uma em Mariuá (depois Barcelos) e outra em Itarendáua (Moura).

Em fins de 1851, pouco antes da inauguração da Província, havia, em todo o seu vasto território (1.800.000 km.²), oito escolas, estando abertas sete, mas a funcionar, com proveito, apenas três! O único estabelecimento de ensino secundário era o Seminário Episcopal, que fôra fundado em 1848, auxiliado por uma subscrição popular para aquisição de materiais mais necessários à sua abertura. Contava sòmente 17 alunos, sendo 13 internos.

Instalara-se a Província em 1º de janeiro de 1852. Seu primeiro presidente, Tenreiro Aranha, encontrou criadas as oito escolas aludidas. Mas, diz êle no seu Relatório que apenas se “achavam funcionando as das vilas de Maués e Egas (hoje Tefé), e com professora a do sexo feminino desta capital (Manaus), porque a de meninos aquí, com moléstia grave, faleceu, e os dos outros lugares, sem a menor cerimônia, abandonaram as cadeiras”.

A população tinha sido estimada em 29.904 habitantes, em cujo seio se presumia o total de 12.714 crianças, número êste certamente exagerado, em se tratando de idade escolar.

AS PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES DO ENSINO

O fundador da Província cuidou, com afinco, de tornar o ensino elementar uma realidade. Fez imediatamente prover as escolas em abandono e baixou o Regulamento n. 1, de 8 de março de 1852. No plano que traçara, o curso primário compreendia: “a educação física, a moral e a intelectual, com o ensino da leitura e principais regras de aritmética, gramática da língua nacional, noções de geometria aplicada às artes, da história natural, da sagrada e do Brasil; e para o sexo feminino, a mesma educação, e a instrução intelectual mais modificada, e as prendas próprias dêste sexo”.

Um professor vitalício recebia, por ano, 400\$000, além de 6\$000 por aluno, que excedesse de 30, na matrícula.

E' curiosa a tabela dos castigos estabelecida por êsse Regulamento. Assim, por motivo de rixa e mutilações: 8 a 12 bolos. Nos argumentos (sabatinas): um bolo, por êrro . . .

Foi Diretor da Instrução Pública, em 1852, o Reitor do Seminário, Cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo, que tão zeloso se mostrou pelo êxito da sua missão.

Em 1852, pela lei n. 60, de 21 de agosto, ficou o Governo provincial autorizado a despendere até 6:000\$000 com a criação de um internato para educandos artífices.

Em 1858, pela lei n. 90, de 28 de outubro, foi reformada a instrução pública, dividido o ensino em dois graus. No primeiro ensinavam-se leitura, caligrafia, cálculo até quadrado e decimais, gramática e ortografia prática e noções dos deveres morais e religiosos. Constituíam o segundo grau leitura repetida da Constituição do Império e suas reformas e dos Códigos Penal e do Processo, com o seu regulamento; cálculo e escrituração com aplicação ao comércio, análise da gramática nacional, elementos de geografia e de história do Império, princípios de moral cristã e religiosa do Estado.

Era obrigatório o ensino do primeiro grau às crianças, logo que completassem 7 anos de idade.

Em 1858, as escolas públicas eram freqüentadas por 485 alunos, sendo 435 do sexo masculino e apenas 50, do feminino.

A êsse tempo, existiam, já, em Manaus, duas escolas particulares, fracamente freqüentadas.

No dia 25 de março dêsse ano (1858) instala-se o Instituto de Educandos Artífices destinado a meninos desvalidos, de 8 a 12 anos, estabelecimento (internato) que deu excelentes resultados durante o longo período em que funcionou.

Em 1860, estavam matriculados, em todas as escolas, 525 estudantes, de ambos os sexos, sendo a população geral da Província avaliada em 40.000 habitantes.

No ano seguinte, já subia a 24 o número de escolas criadas, mas somente 14 estavam providas, por falta de gente habilitada para regê-las. Foi por êsse tempo, que o grande maranhense, Antônio Gonçalves Dias, perlustrou os nossos rios Solimões, Madeira e Negro, ao serviço de inspeção escolar, como em páginas atrás já o afirmámos, tendo escrito belas páginas sôbre hábitos e costumes das regiões que percorreu.

Em 1862, nova organização do ensino. Pelo respectivo Regulamento os professores passaram a ter melhor remuneração, percebendo 100\$000 mensais.

A despesa com a instrução pública, em 1866, já subia a 22:500\$000 anualmente. Nesse tempo, grande era ainda o atraso do magistério, no interior da Província. Referindo-se aos professores, o então Diretor Geral da Instrução dizia: "... poucos estão em condições de ensinar; nem ao menos sabem escrever um officio de remessa dos mapas de suas escolas".

Nova reforma do ensino em julho de 1868. Ainda outra, em março do ano immediato, na administração de Wilkens de Matos.

provincial n. 579, de 24 de maio de 1882 e do Regulamento n. 47, de 28 de março de 1883, fundiram-se novamente o Liceu e a Escola Normal.

O Dr. José Paranaguá, um dos administradores mais empenhados na obra do ensino, ao transmitir o Govêrno do Amazonas ao seu sucessor Cel. Guilherme José Moreira, dizia, em 11 de fevereiro de 1884: "Segundo o relatório apresentado pelo ex-diretor geral da Instrução Pública, funcionaram, durante o último ano (1883), 68 escolas públicas do ensino primário, das quais 36 do sexo masculino, 30 do feminino e 2 mistas; sendo daquelas, 15 na capital, 4 no Rio Negro, 4 em Itacoatiara, 3 no Madeira, 4 em Parintins, 6 no Solimões, e destas, 12 na capital, 3 no Rio Negro, 3 em Itacoatiara, 2 no Madeira, 3 em Parintins e 7 no Solimões".

Os exames de preparatório autorizados por portaria do ministro do Império, de 25 de agosto de 1883, tiveram início no Amazonas em 1887.

Em 1884, cria-se o "Asilo Orfanológico Amazonense" precursor do atual Instituto Benjamin Constant.

Em 1886, a Província contava 91 escolas públicas, nas quais se matricularam 1.251 alunos, sendo 926 do sexo masculino e 325 do feminino. Em 1887, êsse número de casas de ensino foi aumentado para 108.

No Liceu estavam inscritos 44 estudantes; na Escola Normal, 36.

Em 7 de janeiro de 1889, funda-se em Manaus, o "Colégio 13 de Maio" de propriedade e direção do professor Alexandre dos Reis Rayol, precursor do "Colégio Rayol", que ainda funciona regularmente, inscrito na Diretoria Geral da Instrução Pública, sob a regência do mesmo professor, ancião incansável nas lidas do ensino!... Foi subvencionado pela Província, e depois, pelo Estado.

A 24 de janeiro de 1889, abria-se outro educandário, nesta capital, o "Ateneu Amazonense", da direção do Dr. Jônatas de Freitas Pedrosa e professor Carlos Pereira Pinho, destinado aos cursos primário e secundário, com uma subvenção de 15:000\$000.

O "Colégio Santa Teresa", de D. Ninfa Pontual, surge nesta mesma ocasião, igualmente de existência proveitosa.

Por estas simples notas, vê-se quanto os governos provinciais do Amazonas trabalharam e quanto se gastou pela difusão do ensino público e estímulo ao ensino particular.

Ao ser proclamada a República, tínhamos 124 escolas freqüentadas por 3.534 alunos, o que dava 28 para cada escola. Sòmente no município de Manaus, estavam mantidas 49, com 1.783 estudantes. Nesse ano memorável da nossa história, a Província gastou, com a Instrução Pública, a quantia de 514:239\$000, assim discriminada:

Instrução Pública	358:799\$000
Instituto Amazonense (Liceu e E. Normal).....	78:400\$000
Asilo Orfanológico.....	37:920\$000

Ateneu Amazonense.....	15:000\$000
Subvenção a 14 estudantes.....	9:200\$000
Seminário S. José.....	7:920\$000
Biblioteca Pública.....	7:000\$000

Note-se que a renda total do Amazonas era apenas de 1.873:049\$000. Gastava, portanto, com o importante serviço do ensino, mais de 25% da sua receita geral.

Creemos que bem poucas circunscrições administrativas do Império tivessem feito tanto, como a terra dos barés, no intuito da cultura da sua gente para a grandeza nacional.

O albor do novo regime, implantado em 15 de novembro de 1889, não encontrou, aqui, a sementeira do progresso em abandono. Longe ainda do que devera ser, o magistério amazonense era já feito uma força a destruir o Moloch da ignorância, no seu combate à cegueira dos analfabetos.

A ESCOLA NO REGIME REPUBLICANO

COLAPSOS DOLOROSOS

Não há duvida que o progresso é o resultado da ação inteligente do trabalho, no tempo e no espaço. Nada mais oportunista que a obra do ensino. Na dinâmica da sua evolução, a pressa prejudica a perfeição do aparelhamento, como a morosidade faz-se rotina. Como a natureza não dá saltos, as escolas não podem antecipar-se à sua própria finalidade social, econômica ou simplesmente literária.

No regime político expirante em novembro de 89, os governos e a iniciativa particular realizaram o que era possível fazer, na restrição dos créditos do Tesouro e falta de pessoal idôneo para exercer o magistério.

A Escola Normal raros alunos diplomava. Os vencimentos pagos aos professôres não despertavam estímulos. A carreira do magistério era, por isso, pouco atraente. A vida comercial, em pleno desenvolvimento, colhia as melhores capacidades.

A atenção dos homens incumbidos dos destinos do Estado transviou-se e absorveu-se nas lutas partidárias. As ambições políticas fizeram esquecer nas tramas das suas conveniências do momento, o grave problema do ensino popular. Houve, mesmo, verdadeiros colapsos nos programas administrativos.

Intermitências prolongadas geraram retrocessos na marcha do ensino. Se não, vejamos.

Logo que aqui chegou, para governar, em nome do Govêrno Provisório, o Cap. Augusto Ximeno Villeroy, extinguiu muitas cadeiras que julgou

supérfluas, demitindo os respectivos serventuários. E' o que significa o Decreto de 11 de janeiro de 1890, que reduziu, de 23 a 12, as escolas da capital. No dia 13, unificava as entrâncias das escolas do Estado, pelo que não havia diferença entre as urbanas e as rurais. Muitas, no interior, foram extintas, outras criadas; os programas, reduzidos. Fechou o Liceu Amazonense e estabeleceu, em seu lugar, o Instituto Normal Superior destinado ao preparo de professôres.

Pode-se dizer que Villeroy não deixou pedra sôbre pedra, ao reorganizar o magistério amazonense. Para êle, a obra, já largamente esboçada, de nada valia. Daí, êsse movimento de *fond en comble* por que passaram as nossas escolas, sem um resultado apreciável. E' que o joven militar, no ímpeto do seu temperamento, não levou em conta que as grandes modificações sociais não se operam da noite para o dia, pelo artifício da legislação, a golpe de decretos.

O REERGUIMENTO

A escola trabalha, no espírito das gerações, lentamente, como o pingo d'água que desgasta os grandes rochedos ou forma as estalactites no interior das cavernas, que, à luz dos archotes — símbolo da civilização — se transformam em palácios encantados.

Eduardo Gonçalves Ribeiro, o *Pensador*, realizou um govêrno fecundo. Ufana-se de haver erguido, em Manaus, vários edifícios suntuosos, entre êsses três destinados a escolas públicas. O palacete em que está alojado o "Instituto Benjamin Constant" é um padrão da inteligência dêsse homem, cujos erros administrativos foram plenamente resgatados pelo amor com que favoreceu o ensino fazendo desaparecer os efeitos da precipitação do seu antecessor.

No govêrno do Cel. José Cardoso Ramalho Júnior constituíram-se mais três grandes edifícios para grupos escolares.

Foi chamado para dirigir a Instrução Pública o provector professor Francisco Antônio Monteiro, que, comissionado, estudou, na Europa, as mais adiantadas organizações pedagógicas e, de acôrdo com elas, apresentou um plano de ensino, em que se baseou o Regulamento então elaborado. Agruparam-se várias escolas da capital, formando cinco grupos designados pela numeração ordinal. Isto, em 1898. As matrículas, neste ano, atingiram a 3.912 alunos, nas 141 escolas que o Estado mantinha. Fêz-se abundante dotação de mobiliário escolar.

Cinco inspetores do ensino fiscalizavam, pelo interior, as escolas públicas.

Quando aquele ilustre amazonense deixou a administração, o magistério contava já 157 escolas, como se pode ver do excelente Relatório do Dr. Plácido Serrano, então Diretor Geral da Instrução Pública.

NOVA "TABULA RASA", NOVO SOERGUMENTO

O governador Silvério José Neri, que assumiu a administração a 23 de julho de 1900, declara que encontrou o serviço do ensino um *verdadeiro caos* (Mensagem de 10 de julho de 1902, pag. 31). Era Diretor Geral da Instrução o Dr. Joaquim Pereira Teixeira, mais tarde substituído pelo Dr. Francisco Tavares da Cunha Melo, espírito ponderado, um contraste do outro.

Pereira Teixeira, num ímpeto de ditador, fez *tábula rasa* de tudo quanto encontrou! Peor que Villeroy. Por uma portaria, que traz a data de 18 de agosto de 1900, exonerou todos os professores interinos, em número de 84!

E' certo que alguma cousa êle endireitou. Sim. *A' quelque chose malheur est bon...*

No frêmito de recompor o serviço, provendo as escolas então fechadas, instituiu o regime dos concursos. Mas, não evitou que o patronato a candidatos ignorantes burlasse a severidade ou melhor a seriedade das aprovações. Ponderava-se que se tratava de professores para o interior... Até poucos anos, ainda se achavam em *serviço* (que serviço!) alguns desses professores, vergonha do magistério amazonense, saídos daquelas *fornadas* em que tão mal cozido, indigesto, saía o pão espiritual da infância.

Na reforma empreendida, por decreto de 25 de outubro desse ano (1900), foi criada uma Escola Modelo, das três que se pretendia estabelecer, para que servissem de paradigma do ensino primário e nelas praticassem os alunos-mestres da Escola Normal. Fez-se provimento efetivo de suas cadeiras, mediante concurso. Logo na administração seguinte, manda-se fechar essa Escola, põem-se em disponibilidade remunerada os que formavam seu corpo docente, porque, em realidade de *modelo*, para o fim a que se destinara, somente possuía o nome.

Os cursos do Ginásio e Escola Normal são separados e autônomos, na finalidade pedagógica de cada um.

O quadriênio de 1900 a 1904 não deixou, contudo, de ser eficiente ao ensino. Várias escolas foram criadas e construídos alguns edifícios escolares, melhoradas suas instalações. Mas, não colimou o alto "desideratum" que teve em vista. Tanto assim que o Sr. Silvério Neri diz, em sua Mensagem de 10 de julho de 1904: "Embora tenha consagrado especial atenção e cuidado, desde o início do govêrno, a êste importante ramo da administração, os resultados colhidos presentemente *não compensam ainda os sacrifícios extraordinários que o Estado fez para divulgar a instrução*".

A interessante estatística, haurida no Relatório de 20 de junho de 1904, do Dr. Cunha Melo, Diretor Geral da Instrução, patenteia-nos

o progresso e as intermitências do movimento escolar do Estado, desde 1896 até aquele ano:

Capital

Anos	N. de escolas	Matrícula	Frequência	Matrícula média	Frequência média
1896.....	26	1.195	1.049	47	41
1897.....	26	1.409	907	54	35
1898.....	28	1.252	682	45	25
1899.....	29	1.139	595	40	20
1900.....	—	—	—	—	—
1901.....	36	1.432	961	40	27
1902.....	40	1.465	1.200	37	30
1903.....	40	1.409	1.049	37	28
1904.....	40	1.556	1.074	39	29

Interior

1896.....	109	1.914	1.611	19	15
1897.....	112	1.833	1.515	17	14
1898.....	112	1.516	1.444	23	13
1899.....	112	2.773	1.657	25	15
1901.....	143	2.977	2.431	21	17
1902.....	146	3.361	3.212	24	22
1903.....	152	4.007	2.980	27	20
1904.....	152	3.338	—	22	—

UMA ANIMADORA FASE DO ENSINO

O quadriênio administrativo de 1904-1908, à frente o Dr. Constantino Neri, não descuroou da instrução pública. Construiu edifícios escolares e reformou o ensino, estabelecendo as Escolas Complementares. O sumptuoso prédio da Biblioteca Pública, em Manaus é obra sua. Sucedeu-lhe, provisoriamente, o Cel. Afonso de Carvalho, terminando aquele quadriênio e declara em sua Mensagem, de 1908, falando da instrução: "Nesta Capital, o ensino tem evoluído, mas não tanto quanto era de esperar, porquanto, segundo diz o diretor geral da instrução pública, baseado em dados que pode colher, sendo a população superior a quarenta mil almas e admitindo a baixa percentagem de 15 % para a idade escolar, o número de crianças aptas para receberem a instrução primária seria superior a seis mil, enquanto a lista das matrículas nas escolas acusam apenas 1.339 crianças, o que quer dizer — conclue aquele funcionário — que somente 29 % da população escolar vão receber as luzes da instrução".

A êsse tempo, continuavam a funcionar em Manaus os cinco Grupos já referidos, com 17 escolas, além das 24 outras isoladas. As duas Escolas Complementares fundem-se, à vista da pouca frequência na do sexo masculino, por se achar mal situada.

No governo Constantino Neri, funda-se o importante internato "Instituto Afonso Pena", para meninos, contendo uma boa organização e aparelhamento para o aprendizado do curso elementar e ofícios. Foi inaugurado para comemorar a visita do Conselheiro Afonso Pena a Manaus, antes de assumir a primeira magistratura da República.

Mas, a indisciplina, o dissídio, o desamor pela instituição campearam em breve, provocando, do citado Afonso de Carvalho, esta declaração: "ou se deve fechar o estabelecimento ou, então, reformá-lo radicalmente, obedecendo a outra organização e entregando-o a mãos mais hábeis e capazes". Diante dêste trecho, que não passou de um terrível mas oportuno epigrama demitiram-se os sacerdotes estrangeiros que o dirigiam. Todavia, o Instituto não terminara o seu triste fadário, senão com a investidura, no Governo, do Cel. Antônio Bittencourt, empossado a 23 de julho de 1908.

Nenhum administrador, até hoje, ultrapassou êste governador nas diligências com que amparou e desenvolveu a Instrução Pública desta terra.

Um dos seus primeiros cuidados foi reorganizar o ensino, cujo Regulamento fôra confeccionado por uma comissão de professores experimentados nas lides do magistério. Ao receber o Governo, existiam nesta capital (Manaus) 17 escolas agrupadas e 28 isoladas. No interior, 151, ou sejam, ao todo, 196, além da Escola Complementar Mista.

Nessas escolas, em maio de 1909, era êste o movimento de matrícula e freqüência:

	Capital	Interior	Total
Matrícula geral.....	1.325	3.046	4.371
Média por escola.....	29	20	22
Freqüência média geral.....	1.008	2.630	3.638
Média por escola.....	22	21	—

Nos quatro anos da administração Bittencourt, muitas escolas foram criadas e providas de bom mobiliário. O ensino floresceu, como se pode ver da Mensagem de 16 de julho de 1912, último daquela administração: "As matrículas das escolas primárias, em todo o Estado, não passaram, em 1908, de 4.371 alunos, tal o cômputo fornecido pela Diretoria Geral da Instrução. No ano seguinte, êsse número, elevou-se a 7.451, e em 1910 a 7.884 alunos.

Em consequência das febres que grassaram intensamente no interior do Estado, durante o ano passado (1911), registraram-se 7.586 nomes, havendo apenas uma diferença de 298 crianças a menos, o que não significa alta de progresso, atenta aquela causa poderosa, mas acidental".

Nesse ano de 1911, o Cel. Bittencourt instalou mais 22 escolas, equivalendo dizer-se que o Amazonas passou a manter 235, sendo 46 para o sexo masculino, 42 para o feminino e 147 mistas.

Manaus contava 54 escolas.

Na Escola Normal, em 1908, a matrícula acusava 75 alunos; em 1912, esse número aumentou consideravelmente elevando-se a 172.

Foi na administração Bittencourt que se fundaram a atual Escola Municipal de Comércio "Solon de Lucena" e a "Universidade de Manaus", de cujo seio, mais tarde, se irradiaram as Faculdades de ensino superior, que ora funcionam nesta cidade.

UMA DEPRESSÃO LAMENTÁVEL

O Dr. Jônatas de Freitas Pedrosa, velho professor aposentado, assumiu o governo amazonense a 1 de janeiro de 1913. Em sua Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado disse: "Dos relatórios inteligentemente escritos pelos ilustres diretores da Instrução Pública, do Ginásio Amazonense e da Escola Normal, pode-se aquilatar dos *progressos realizados pela Instrução Pública do Estado*, apesar dos embaraços que lhe empecem o desenvolvimento, quer devido às condições especiais de disseminação da nossa população, quer devido às nossas atuais condições econômicas. Não podia haver maior elogio à dedicação do Cel. Bittencourt, quando no governo do Estado. Mas, momentos bem penosos estavam reservados ao nosso magistério, tendo minguido as rendas do erário público, em consequência da grande guerra. Os principais produtos da exportação estadual ficaram aqui retidos. A política avassalou os espíritos. As revoluções tentadas contra o Governo local puseram, por vezes, em perigo a administração. Tudo se refletia na vida escolar, no abandono das aulas.

Foram extintas numerosas escolas, com a declaração de falta de frequência suficiente. Extingue-se também o "Instituto Afonso Pena". O Ginásio, por motivo de indisciplina, fechara-se durante um ano. Não houve mais festas de ensino, na Escola Normal. Era quasi a *débâcle*.

Assumiu o governo do Estado o Dr. Pedro de Alcântara Bacelar, a 1 de janeiro de 1917. Em sua primeira Mensagem apresentada ao Congresso em 10 de julho, desse ano, escreveu: "Ao assumir a administração do Estado, deplorabilíssima se me apresentou a situação geral do ensino". O número de escolas havia baixado de 235 para 140, sendo 57 em Manaus e 83 no interior (Mensagem cit. pag. 30).

Fez a reforma do ensino; um plano vasto, bem organizado, capaz de produzir seguros e vantajosos resultados, se não fosse a pobreza, cada vez maior, das finanças amazonenses. E' esse plano, traçado em outubro de 1918, que ainda está a servir-nos, mas já reclamando as modificações que o tempo e a evolução da ciência pedagógica tem determinado nos organismos escolares.

Nesse quadriênio, a matrícula e a freqüência também foram pouco animadoras, como se depreenderá do seguinte quadro:

Anos	N. de escolas	Matrícula	Freqüência	Freqüência por escola
1917.....	144	4.703	3.653	25
1918.....	146	5.102	3.627	24
1919.....	147	4.962	2.570	17
1920.....	147	4.385	2.987	20

Terminada em 1918 a conflagração européia, restabelecido o comércio do Estado, parecia que o quadriênio administrativo, de 1920 a 1924, do Desembargador Rego Monteiro, viria restabelecer o progresso do ensino. Puro engano. Jamais houve período de maiores e mais cruéis provações. Os créditos públicos eram desviados de sua justa aplicação. O professorado deixou de receber seus vencimentos. Em conseqüência, veio o abandono das cadeiras. E' o próprio governador que nô-lo diz, usando das palavras do então Diretor Geral da Instrução, Dr. Adelino Costa.

No relatório dêste titular, de 1924, vê-se que as escolas primárias que eram em 1910, em número de 235, com a matrícula de 7.884 alunos (conforme já vimos), ficaram reduzidas a 155, funcionando apenas 123, inclusive as da capital! A matrícula desceu a 5.228 e a freqüência a 2.835. Não é preciso escrever mais, para focalizar o mais triste período por que passou a instrução popular, no Amazonas.

ATITUDES DA INTERVENÇÃO EM 1925 E O QUATRIÊNIO DE 1926-1929.

A revolução de 23 de julho de 1924, em Manaus, deu em resultado a deposição do governador Rego Monteiro e a nomeação de um Interventor federal no Amazonas, recaindo a escolha no Dr. Alfredo Sá, que encarou de frente o problema do ensino: criou 82 escolas, sendo 26 nesta capital, dando-lhes o prestígio de que estavam despojadas. Concluiu o edifício do Grupo "Presidente Bernardes" (hoje "Ribeiro da Cunha") e criou o Grupo dêste nome.

Em dezembro de 1925, ao passar a administração da interventoria federal ao presidente constitucional Dr. Efigênio de Sales, o magistério amazonense contava um total de 237 escolas. Além dessas, mais 13 sub-classes, para atender o excesso da freqüência, nos Grupos escolares. O ano de 1925 foi, realmente, um ano *santo* para o ensino, nesta terra.

O quadriênio, que se iniciou em 1º de janeiro de 1926, foi também dos mais felizes para o incremento da cultura do povo; sòmente compáravel ao do Coronel Antônio Bittencourt (1908-1912).

O quadro seguinte é de uma eloquência que dispensa comentários, permitindo apreciar o progresso realizado a partir de 1923:

Anos	N. de escolas	Matrícula	Frequência	Percent. da freq.	Matrícula por escola
1923.....	123	4.042	2.291	59,67	33
1924.....	155	5.228	2.835	54,22	33
1925.....	237	7.602	4.096	53,88	32
1926.....	244	9.732	5.705	56,57	40
1927.....	260	11.763	7.101	61,75	45
1928.....	278	13.233	8.299	62,71	47

Observe-se que a frequência média do último período letivo considerado (1928) é o dôbro da matrícula de 1923.

Os anos de 1929 e 1930, premidos pela maior crise econômica que tem assolado a Amazônia, não permitiram expansões ao ensino. Pelo contrário quanto à matrícula e à frequência, houve depressão, ainda que pequena. E era inevitável esse fato, numa terra em que a quasi totalidade da população é pobre, ficando as crianças, em parte, privadas de roupa, calçados, etc., para comparecer às escolas.

Por este ligeiro retrospecto, vê-se que a obra do ensino público, apesar dos seus grandes embaraços naturais, não tem sido descuidada, desde os tempos do antigo regime político. Se governadores houve que não a olharam carinhosamente, outros, ao lado da iniciativa particular, bem cumpriram o seu dever, dando ao povo o que ele mais merece e precisa: o esclarecimento de sua inteligência, o hábito do trabalho e da honradez.

II

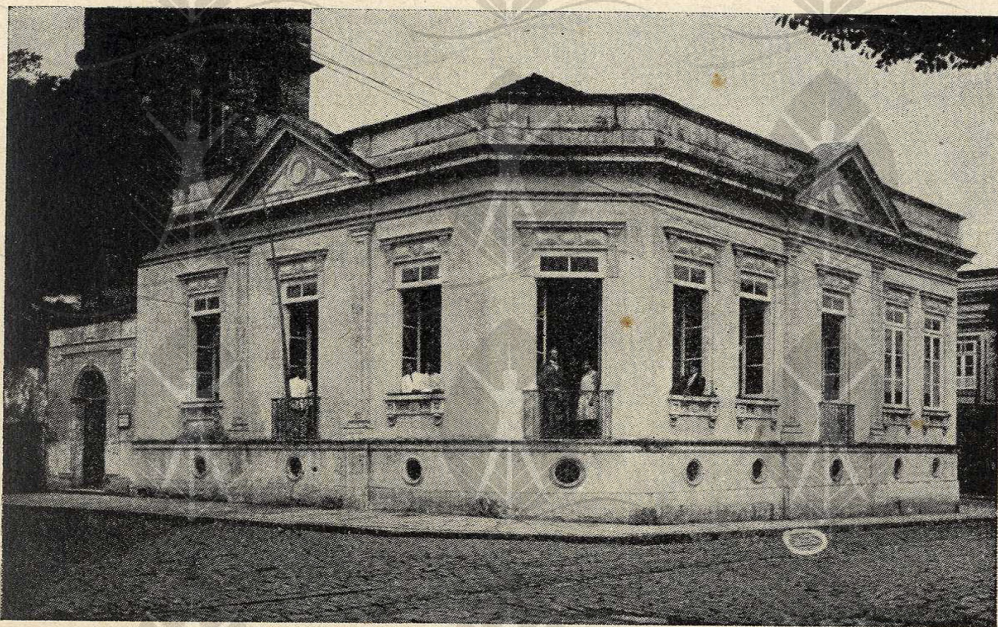
A situação atual do ensino

O ENSINO PRIMÁRIO

ORGANIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

As escolas públicas do Amazonas regem-se pelo Regulamento pôsto em execução desde outubro de 1918. Consubstancia um vasto plano, inteligentemente organizado para uma época de promessas econômicas, após a grande guerra, quando se supunha que o Estado emergisse da precária situação em que se debateu durante aquela conflagração. Quasi todas as leis amazonenses foram modificadas daquela data ao presente, em consequência das novas condições de vida, a reger os destinos do nosso povo, assegurando-lhe os seus mais palpitantes interesses.

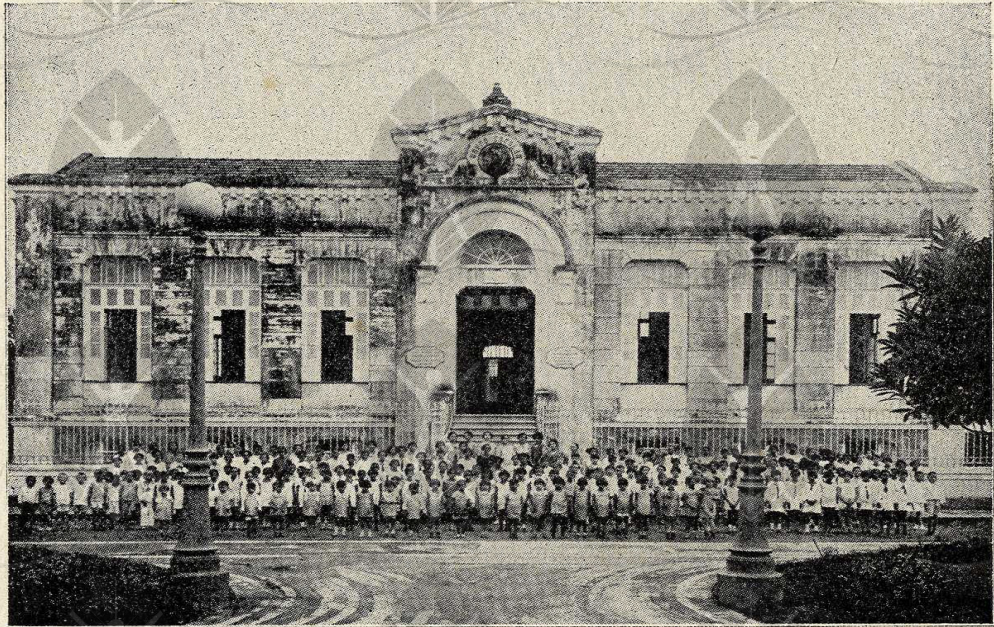
Sòmente a organização do ensino ficou intangível, salvo ligeiras modificações, que não lhe atingiram a essência.



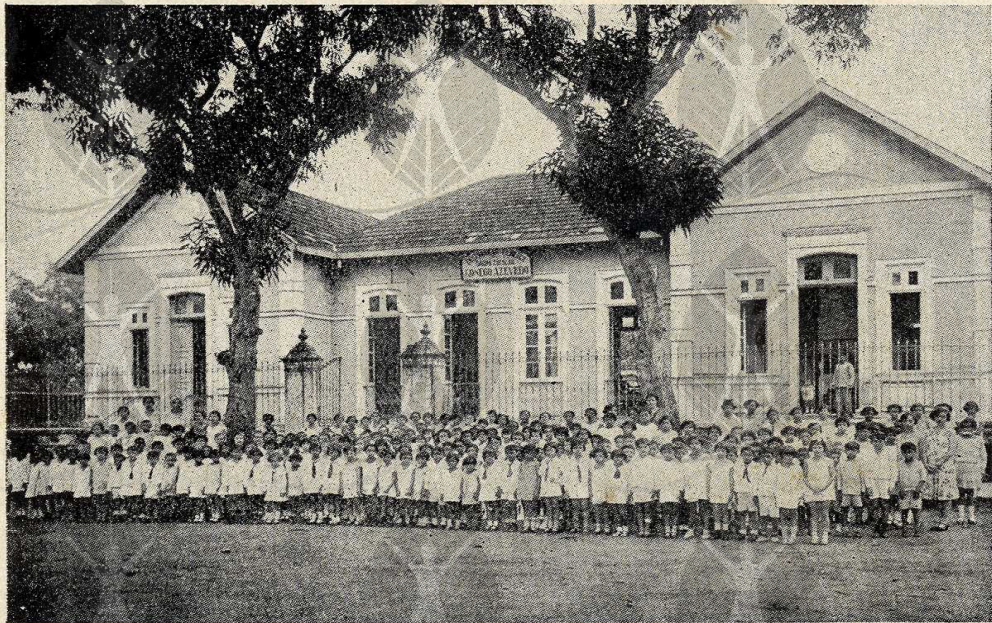
Diretoria Geral da Instrução Pública — Manaus, Amazonas



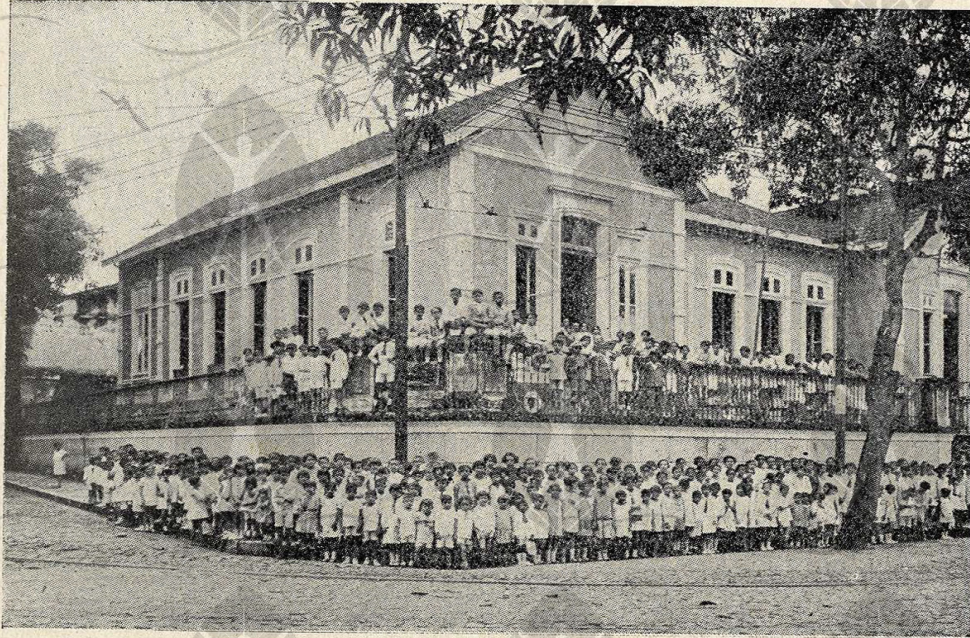
Grupo Escolar Silvério Neri (hoje, Nilo Peçanha)



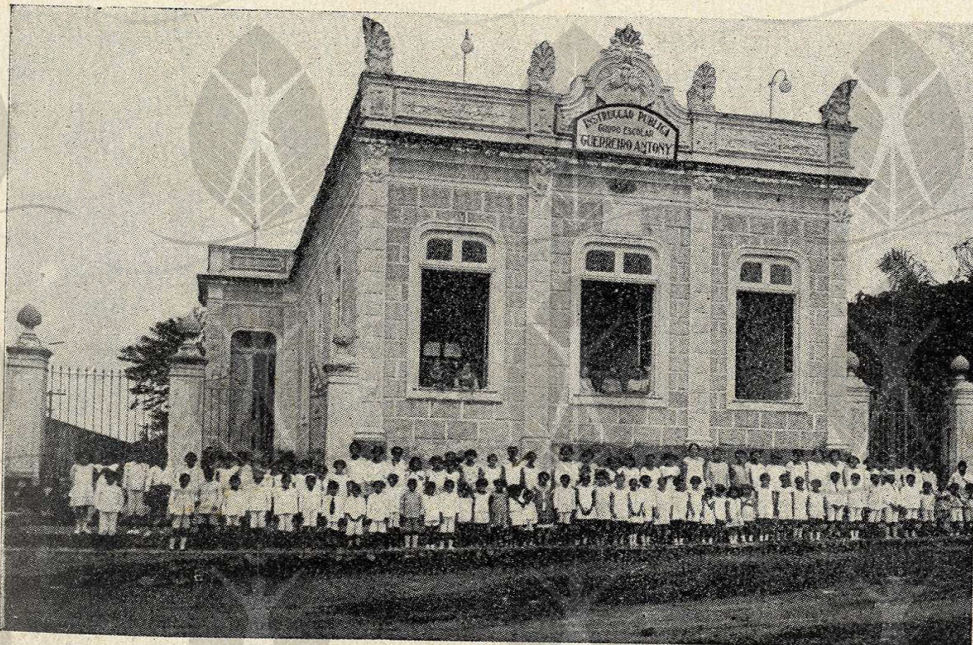
Grupo Escolar Presidente Bernardes (hoje Ribeiro da Cunha) — Manaus Amazonas



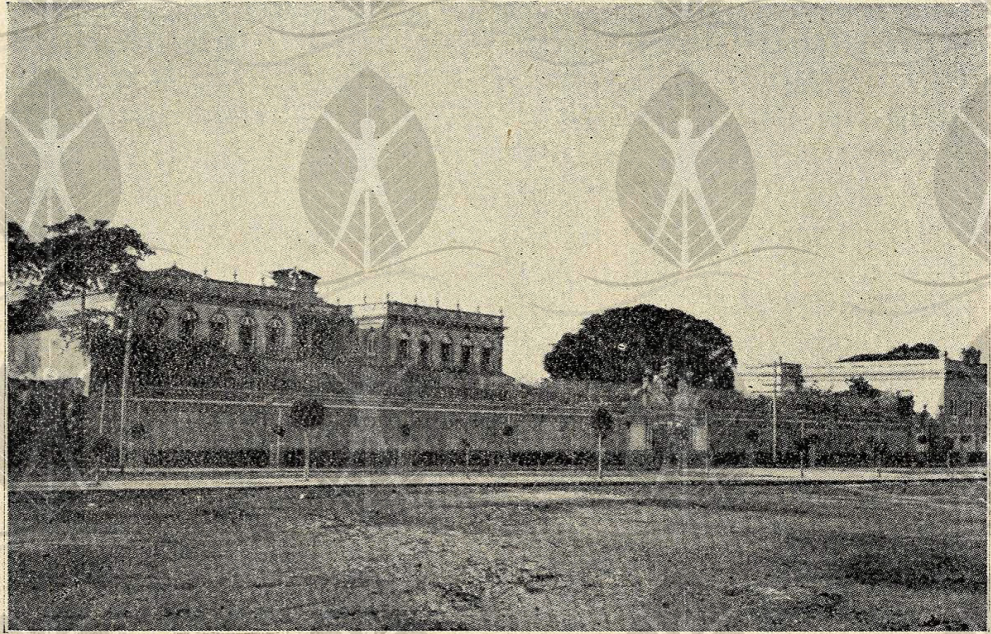
Grupo Escolar Cônego Azevedo — Manaus, Amazonas



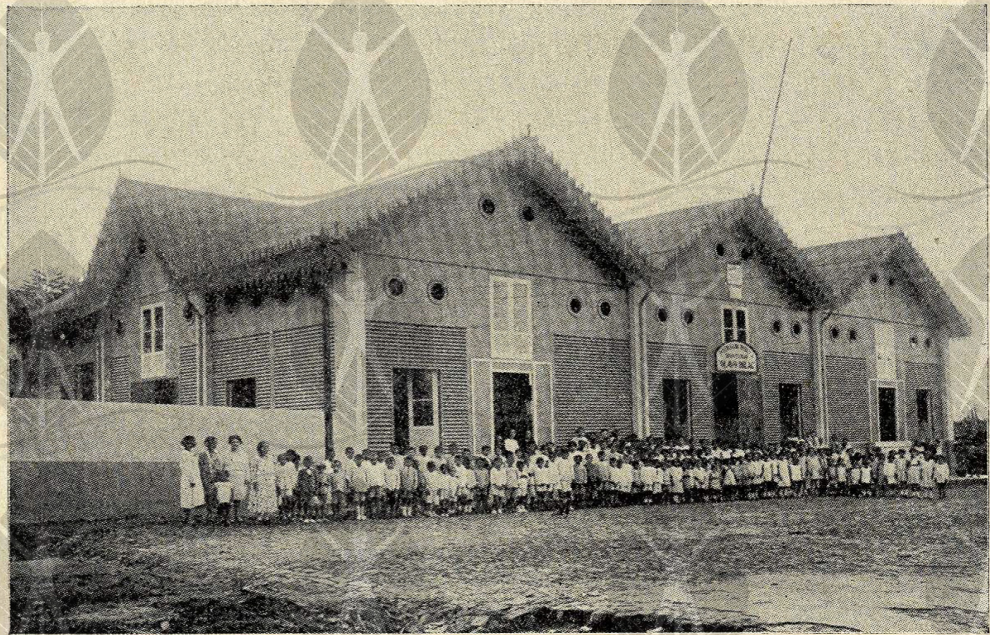
Grupo Escolar Saldanha Marinho — Manaus, Amazonas



Grupo Escolar Guerreiro Antony (hoje, Euclides da Cunha) — Manaus, Amazonas



Instituto Benjamin Constant — Manaus, Amazonas



Grupo Escolar Olavo Bilac — Manaus, Amazonas

Pelo referido Regulamento, a escola primária abrange um período de seis anos, compreendendo:

a) um *curso preliminar* de um ano, destinado a crianças que iniciam a educação da sua sensibilidade e inteligência nos "jardins da infância" ou nas classes maternas, instituídas nos grupos escolares ou nas escolas isoladas;

b) um *curso elementar*, dado em três anos;

c) um *curso médio*, de um ano;

d) um *curso superior*, de um ano, ministrado na Escola Preparatória, destinada aos estudantes que desejam ingresso na Escola Normal ou, apenas, completar o ciclo do curso primário.

Cada uma dessas etapas do ensino tem o seu programa organizado anualmente, antes do período letivo, pelo Diretor Geral da Instrução e aprovado pelo Conselho Superior.

Não se passa de uma a outra dessas divisões do curso sem o ato do exame de habilitação, na época própria e pelo processo regulamentar.

São as seguintes as matérias exigidas no curso primário integral, todas ministradas de um modo prático e intuitivo: linguagem, leitura, caligrafia, aritmética, geometria, geografia, história do Brasil, desenho, noções de ciências físicas e naturais, noções fundamentais de agricultura, noções rudimentares de higiene, canto coral e ginástica pedagógica.

A gradação destas disciplinas, obedecendo ao crescimento físico e mental dos alunos, está estabelecida nos respectivos programas.

O ano letivo começa no primeiro dia útil de março e encerra-se a 31 de outubro. As aulas funcionam das 7 às 11,30; menos para o curso preliminar, as quais terminam às 10,30 horas. O ensino é obrigatório para todas as crianças de 6 a 14 anos.

As escolas se classificam por entrâncias, sendo de 1ª. as da capital (Manaus e seus subúrbios); de 2ª entrância, as das cidades; de 3ª entrância, as das vilas; rurais, as das povoações. Do mesmo modo se classificam os professores.

Os provimentos efetivos do magistério amazonense só se fazem por meio de concursos de documentos, entre os diplomados pela Escola Normal do Estado ou, na sua falta, tratando-se de escolas do interior, entre normalistas de outros Estados.

Nas escolas isoladas ministra-se apenas o curso elementar. Na capital e nas cidades, que possuem Grupos escolares, o ensino abrange o curso médio. O curso superior é dado na Escola Preparatória e nos estabelecimentos equiparados.

As escolas de 1ª entrância são fiscalizadas pelo Diretor Geral, pelos membros do Conselho Superior de Instrução Pública e por um Inspetor Escolar. As de 2ª e 3ª entrâncias são inspecionadas pelas Inspetorias Regionais do Ensino, compostas, cada uma, de três pessoas idôneas da localidade.

Abrange as escolas da sede de cada um dos municípios em que se acha dividido o Estado. Além disso, ha ainda as Inspetorias Distritais incumbidas de zelar pelo bom funcionamento das escolas rurais. O desempenho dessas comissões, no interior, é feito a título gratuito e renovável anualmente.

A nomeação para as Inspetorias Regionais depende de ato do Govêrno; as Distritais são providas por ato dos Inspetores Regionais, com aprovação do Diretor Geral.

Não ha fiscais permanentes para as escolas situadas fora da capital. Mas, a Diretoria Geral tem competência para comissionar professores ou outros cidadãos, que desempenham o mandato temporariamente.

Nos Grupos escolares, o serviço é distribuído anualmente, antes do início das aulas. As professoras que ensinarem, em um ano, o curso preliminar, passam, no período letivo seguinte, a lecionar o 1º ano do curso elementar; no período imediato são-lhes entregues os alunos do 2º ano. E, assim, até o curso médio, ao fim de cinco anos, quando voltam ao preliminar. Esta norma tem por objeto dividir pedagógicamente a atividade dos professores, fazer que êstes percorram todas as etapas do curso fundamental, ao mesmo tempo que acompanham seus discípulos, desde o ingressar dêstes, até se retirem da escola.

No magistério amazonense adotam-se duas matrículas de alunos: a *ordinária*, cuja inscrição começa quinze dias antes da abertura das aulas e termina a 31 de março: a *extraordinária*, para os que sejam transferidos de uma escola a outra, por motivo de mudança de residência ou para aqueles que não puderem inscrever-se na época oportuna.

Os Grupos escolares são dirigidos por um dos seus professores, que, por êsse acréscimo de trabalho, recebe uma gratificação. Cada Grupo, ao fim de cada mês, organiza a "folha de pagamento" dos seus serventuários, de acôrdo com o "Livro do Ponto", envia-a à Diretoria Geral da Instrução, para o devido "contrôle", sòmente depois remetida ao Tesouro.

Os professores do interior recebem seus vencimentos mediante "atestados de exercício" passados pelas Inspetorias Regionais e Distritais com o "visto" daquela repartição.

Ao Gabinete da Diretoria Geral, os Grupos da capital enviam, diariamente, um *Boletim* do movimento de suas escolas, no qual se consignam todas as ocorrências havidas no estabelecimento, tais como falta de qualquer professor, número de alunos presentes em cada escola, percentagem da freqüência, etc. No fim de cada mês, um outro *Boletim*, globalizando as estatísticas dêsse período letivo, assim como, concluídos os trabalhos de exames, um Relatório, sintetizando as referidas ocorrências e sugerindo as medidas a adotar, em bem do ensino.

Além das professoras efetivas, ha, em cada Grupo, as *substitutas*, que são normalistas nomeadas para as vagas que, eventualmente, ou por motivo

de licenças, aposentadorias, etc. se derem em cada escola. Tem elas o dever de comparecer diariamente às aulas para o exercício da cadeira em que, por ventura, se deu a ausência da efetiva. É preferida a substituta mais antiga no Grupo. Trabalha e percebe, pelo dia ou dias em que a proprietária do lugar faltar. As crianças não retornam às suas casas, por falta de aula.

Nas escolas em que a frequência se torna excessiva, em localidades em que não é possível dividir os alunos, o Governo estabelece sub-classes de estudantes e nomeia auxiliares dos professores sobrecarregados.

O Regulamento autoriza a criar novas escolas em todas as povoações em que se reúnam, pelo menos, trinta crianças (de 6 a 14 anos).

Nos distritos de suas escolas, os professores, no período das férias, realizam o recenseamento escolar, base da obrigatoriedade do ensino.

CONSELHO DE INSTRUÇÃO E CAIXA ESCOLAR

Sob a presidência do Diretor Geral, o Conselho Superior de Instrução Pública é integrado antes do início das aulas, com a nomeação de membros escolhidos dentre os professores mais representativos, tanto do magistério público como do particular. Compõe-se este Conselho: do Diretor do Ginásio Amazonense Pedro II, do Diretor da Escola Normal, de um membro da Inspeção médica escolar, de um professor da Escola Preparatória, de dois professores do ensino primário, de um do magistério particular e um de Belas Artes.

Funciona como corporação técnica, para rever programas e horários, e escolher os livros e objetos que devam ser adotados em nossas escolas.

Funciona ainda como tribunal para julgar os delitos de ordem disciplinar, dos professores e impor-lhes as penas de sua alçada; bem assim, conferir prêmios e outras recompensas aos que mais se distinguirem, por seu devotamento ao ensino.

O Conselho rege-se por disposições do Regulamento Geral da Instrução, no qual está detalhada toda a sua competência.

A *Caixa Escolar* é uma instituição destinada a cooperar, com os poderes públicos, no combate ao analfabetismo, e a auxiliar a infância desvalida, dando-lhe a precisa assistência. A sociedade da Caixa Escolar foi fundada em 1925. Tem os seus estatutos regularmente aprovados e datados de 10 de junho desse ano. Suas rendas provinham, sobretudo, da cobrança de 2,26% do valor da exportação dos municípios do Estado, presentemente suspensa. Por conta desta porcentagem, cuja arrecadação subia a dezenas de contos de réis anualmente, a Diretoria da Caixa pode socorrer centenas de crianças

pobres, dando-lhes roupa, calçado e livros, como adquirir mobiliários e utensílios para as nossas escolas.

E' do plano do Regulamento que cada um dêesses municípios organize e desenvolva sua Caixa, ficando a de Manaus como centro de ação dos altos propósitos para que está criada.

LIGA DA BONDAD E CÍRCULO DE PAIS E PROFESSORES

A Liga da Bondade é um sodalício de crianças, com o fim de cultivar e exercer os mais elevados sentimentos da dignidade. Seu escôpo é a educação moral e cívica.

O legislador escolar viu que não era sòmente a inteligência infantil que devia merecer seus cuidados, porque a verdadeira educação procura dar às faculdades humanas um equilíbrio de cultura da qual faz parte a prática do bem, o exercício constante das virtudes afetivas. A criança é acessível à prática das ações generosas, desde que sua alma se vá plasmando nos preceitos do zêlo próprio e do amor ao próximo.

Os fundamentos da educação moral estão em descobrir para cultivar as nobrezas que despontam como gênese do carâcter; bem assim, as tendências menos dignas, para extirpár-las do coração das crianças, como se arrancam as plantas daninhas que abrolham num terreno destinado sòmente a searas proveitosas e abundantes.

Ninguém negará que é, no verdor da idade, nessa fase dilucular da vida, quando o espírito, ainda informe, sé amolda às influências sugestivas do exemplo, que se pode aproveitar o momento para conter os ímpetos da animalidade, que está em cada ser, que desponta para a vida...

Nesta época em que os desregramentos das atitudes tendem a assentar arraiais nos costumes domésticos, destruindo o recato, o cavalheirismo e o respeito, que são os mais sólidos fatores da estima e da lealdade, era necessário e urgente que se promovesse, entre as crianças, uma reação salvadora, dentro das escolas. Foi o que fez a Diretoria Geral da Instrução Pública, nos Grupos de Manaus, estabelecendo a Liga da Bondade, à maneira do que se instituía no Estado de Minas Gerais.

Associadas todas as crianças de cada um dêesses estabelecimentos, formou-se o grêmio infantil, confeccionaram-se os seus estatutos, logo publicados no "Diário Oficial" do Estado e a menina passou a preocupar-se da sua honra, da piedade pelos fracos, do amor da Pátria, registrando no seu "dossier", todos os atos diàriamente praticados e reveladores dêesses sentimentos.

A Liga da Bondade estende-se aos Grupos e escolas do interior. Há de realizar o seu alevantado objetivo.

Outra instituição não menos eficiente no desenvolvimento do ensino, criada no Amazonas há cerca de três anos, é o "Círculo de Pais e Professores", já funcionando regularmente, nos Grupos de Manaus. Deve estender-se a todas as escolas, à proporção que os seus intuitos forem sendo conhecidos, pelos pais e quem suas vezes fizer.

O Círculo procura congregar, numa só atitude, as pessoas mais interessadas na obra comum da escola. Em reuniões mensais, os associados desse sodalício trocam idéias sobre as crianças, informando-se, pais e mestres, das ocorrências da vida de cada uma, em casa e na escola, para melhor agirem no terreno da educação e do ensino. Esse contacto de interessados desperta a unidade de ação. O professor pode informar, diretamente, aos chefes de família, tudo quanto diga respeito à conduta escolar dos seus discípulos, para que aqueles tomem suas providências, no caso de necessária uma outra orientação. Da mesma forma, entrar em detalhes da vida doméstica dos pequeninos, que lhe estão confiados, para descobrir suas inclinações, corrigir seus defeitos, incitar seus predicados morais, enfim tirar proveito da psicologia infantil, em prol do aperfeiçoamento das suas faculdades.

As reuniões do Círculo (cada Grupo tem o seu) não se limitam a confabulações dos pais e professores, pois, nesses momentos, realizam-se conferências pedagógicas e de carácter moral, declamam-se contos e poesias, em que tomam parte também os alunos.

O Círculo de Pais e Professores está realmente efetivando a aproximação do lar e da escola, fato indispensável para mais rápida vitória do ensino público.

NÚMERO DE ESCOLAS, MATRÍCULA E FREQUÊNCIA

Como afirmação do interesse, que o ensino primário desperta no ânimo dos homens que teem dirigido ultimamente o Estado, basta examinar o progresso das suas escolas, não obstante a sensível diminuição das rendas do Tesouro. Parece que a ansiedade de difundir o ensino cresce à proporção que se depauperam as fontes da receita pública.

Os nossos homens de govêrno estão certos de que a segurança da riqueza provém da cultura da inteligência e do trabalho bem aplicado, gênese das forças econômicas de um povo.

Presentemente é este o número das nossas escolas primárias:

De 1ª entrância (capital).....	107
De 2ª " (idades).....	25
De 3ª " (vilas).....	26
Rurais (povoados).....	128
Total.....	286

Como fizemos notar, em página anterior, as matrículas, em todas essas escolas, abrangem dois períodos de inscrição: o da *matricula ordinária* de 15 de fevereiro a 30 de março e o da *matricula extraordinária*, dêste mês a 30 de setembro, para os estudantes que se transferem de uma a outra escola, por motivo de nova residência ou para aqueles que proveem de outras localidades e chegados fora da época oportuna. Esta é, geralmente, diminuta.

Uma demonstração do empenho de aprender está no fato das inscrições serem sempre abundantes, chegando, muitas vezes, a ultrapassar a quantidade regulamentar, obrigando o Govêrno a criar classes provisórias e nomear professores adjuntos.

O desenvolvimento das matrículas vai sendo proporcional ao número de escolas estabelecidas e às emergências geradas pelas crises econômicas, que atormentam, uma vez por outra, como agora, a gente do Amazonas.

A freqüência das nossas casas de educação e ensino, maximé no interior do Estado, não é representada por um grande expoente. Causas várias concorrem para isso. Atente-se, em primeiro lugar, para a flutuação dos recursos com que as famílias se mantem. Valorizando-se os produtos da exportação, prosperam todos os negócios, principalmente em Manaus, ponto de convergência do comércio e da navegação.

Todas as classes sociais encontram farta recompensa à sua atividade. O índice da freqüência escolar aumenta, porque os pais podem dispensar o auxílio dos filhos na luta pela vida, mandando-os à escola. Diminue êsse índice, na premência das crises do trabalho. Compreende-se o efeito do fenômeno...

No "hinterland" amazonense, quando o expoente da freqüência chega a 70 %, em uma escola, é sinal de saúde dos alunos e do esforço e dedicação do professor.

Não é que as crianças reneguem o ensino. Acontece, porém, que a população poucas vezes é nucleada nas proximidades da escola. Os terrenos são recortados de igarapés, paranás e lagos. Os transportes, todos em canoas. Raramente a pé. Há numerosos chefes de família que não dispõem senão de um desses veículos, que empregam no mistér de pescador ou extrator de produtos naturais. As crianças nem sempre teem em que se locomover para a escola. De outras vezes, acompanham os genitores no plantio, limpeza e colheita das suas roças, quando não são as *festas de santo*, a devoção e o prazer, que as desviam dos deveres escolares.

Os dias rigorosos de inverno também alistam-se aos entraves da freqüência infantil, sem contar ainda com os surtos da malária e de outras moléstias comuns neste grande e incompreendido vale amazônico.

Não são poucos os fatores que se conjuram, no Amazonas, contra a difusão do ensino, figurando, em primeiro plano, a disseminação do povo

tão fragmentado na grandeza dos latifúndios do Estado. Não há região brasileira em que o serviço do ensino encontre tantos empecilhos e em que se gastem tantas energias para os debelar.

Os coeficientes da freqüência escolar variam, aqui, no tempo e nos lugares. Na capital, a instabilidade é menos acentuada. Mesmo assim, diminue, sobretudo nos subúrbios, nos meses de junho, julho e agosto, época do aparecimento do impaludismo, quando as águas fluviais começam a baixar. No interior, além dos casos patológicos, surgem as safras dos profutos naturais, que arrastam as famílias de um lado para outro, no interesse das colheitas.

Se não fosse a propensão das crianças e dos pais, em considerar a utilidade das escolas, estas, diante das contingências da vida sertaneja, ficariam ao abandono.

Nas escolas singulares de 1ª entrância, em número de 107, as matrículas elevaram-se, neste ano (1931), a 5.253, com uma freqüência de 2.764 ou seja a percentagem de 52,61%.

Para definir melhor a situação atual do movimento das escolas amazonenses, em comparação com os anos anteriores, a partir de 1923, examinemos o seguinte quadro:

ANOS	ESCOLAS	MATRÍCULA	FREQÜÊNCIA ABSOLUTA	%	MATRÍCULA POR ESCOLA
1923.....	123	4.042	2.291	59,67	33
1924.....	155	5.228	2.835	54,22	33
1925.....	237	7.602	4.096	53,88	32
1926.....	244	9.732	5.705	56,57	40
1927.....	260	11.763	7.101	61,75	45
1928.....	278	13.233	8.299	62,71	47
1929.....	279	12.625	8.309	65,81	45
1930.....	292	11.986	7.937	66,22	41
1931.....	286	13.285	8.165	61,46	45

Ressalta destes algarismos o progresso do ensino, a demonstrar o carinho com que o Governo do Amazonas vem, desde 1924, encarando o problema da alfabetização e da cultura popular.

As estatísticas, com que se constata o movimento de matrícula e freqüência das nossas escolas, são extraídas dos Boletins de cada grupo ou escola isolada, enviados, no fim de cada mês letivo, à Diretoria Geral da Instrução depois de visados pela autoridade fiscalizadora do distrito escolar. Nesses Boletins constam os nomes de todos os alunos, notas e medias de aplicação, dias úteis do mês, dias letivos do professor e, na casa destinada às "Observações", as ocorrências extraordinárias.

Nos 14 Grupos da capital, êsse movimento é registrado diàriamente e enviado àquela Diretoria, logo após o encerramento do expediente escolar.

Para se verificar como é realizado êsse registro de freqüência, tanto de alunos como de professôres, tomemos, ao acaso, do Arquivo da Secretaria da Instrução, um dêsses documentos e o transcrevamos:

"BOLETIM DE FREQUÊNCIA DIÁRIA"

Grupo Escolar "Silvério Neri"

Manáus. 10 de maio de 1929

N.	NOME DAS PROFESSÓRAS	CURSO	MATRÍCULA	FREQÜÊN- CIA ABSOLUTA	%	ENTRADA E SAÍDA
1.º turno de aulas						
1	Maria de M. Fiúza.....	Prel.				
2	Berta R. Pessoa.....	>	142	95	66,43	7,30-10,45
3	Zadir A. Corrêa.....	>				
4	Isabel A. da Silva.....	>	64	55	85,93	1,15-11,30
5	Adelaide de O. Cabral.....	1º ano	45	41	91,11	7,20-11,15
6	Orientina R. da Silva.....	1º >	45	40	93,00	7,20-11
7	Filomena F. Viana.....	2º >	27	25	92,59	7,20-11
8	Guimar S. Cavalcanti.....	2º >	36	30	83,33	7,20-11,20
9	Adelaide de O. Melo.....	3º >	27	25	92,59	7,20-11,20
2º turno de aulas						
10	Emília B. Medeiros.....	3º ano	22	19	86,36	13,10-17
11	Eldah Teles Bitton.....	Médio	17	13	76,47	13,20-17
12	Maria A. B. Fernandes.....	>	20	19	95,00	13 -17
			445	362	81,34	—

A Diretora
Isabel Araujo da Silva

Assinalam-se, neste Boletim diário, o comparecimento das professôras substitutas e das alunas mestras, que fazem, nos Grupos, o estágio ou prática escolar, e demais circunstâncias ocorrentes.

EXAMES DE HABILITAÇÃO NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS

A eficiência das nossas escolas confirma-se nos primeiros dias de novembro, no processo dos exames. Exceto os estudantes do curso preliminar, que são promovidos ao primeiro ano de curso elementar por indicação de sua professora, todos os demais, que tiverem aproveitamento regular e entrarem em listas de habilitação, prestam exame.

Para isso, quinze dias antes de findar o período letivo, cada professor organiza a relação dos seus discípulos aptos para serem submetidos às provas, enviando-as à Diretoria Geral. Esta na capital faz publicar as referidas listas, divide os alunos em turmas, nomeia as bancas examinadoras, designando dias, horas e lugares para se realizar o ato. Cada criança, sendo aprovada, recebe seu *certificado de habilitação*, para ingresso em uma escola de etapa imediatamente superior.

No interior, são as Inspetorias Regionais e Distritais, que nomeiam ou elas próprias compõem as bancas examinadoras.

Nas escolas rurais é um serviço geralmente defeituoso, visto poucas vezes se encontrarem pessoas idôneas para efetuar a argüição e julgar as provas dos candidatos. Tal serviço, contudo, vai melhorando.

As percentagens de aprovações têm aumentado, de 1925 a esta parte, como podemos inferir do seguinte quadro:

1925....	{	Capital....	{	Matrículas.....	4.004	} Percentagem 36,15
				Aprovações.....	1.447	
	{	Interior....	{	Matrículas.....	3.701	} Percentagem 15,29
				Aprovações.....	566	
1926....	{	Capital....	{	Matrículas.....	4.607	} Percentagem 39,09
				Aprovações.....	1.781	
	{	Interior....	{	Matrículas.....	5.236	} Percentagem 23,03
				Aprovações.....	1.205	
1927....	{	Capital....	{	Matrículas.....	5.145	} Percentagem 43,59
				Aprovações.....	2.243	
	{	Interior....	{	Matrículas.....	6.618	} Percentagem 25,27
				Aprovações.....	1.673	
1928....	{	Capital....	{	Matrículas.....	5.692	} Percentagem 42,60
				Aprovações.....	2.425	
	{	Interior....	{	Matrículas.....	7.541	} Percentagem 28,90
				Aprovações.....	2.180	
1929....	{	Capital....	{	Matrículas.....	5.505	} Percentagem 45,79
				Aprovações.....	2.521	
	{	Interior....	{	Matrículas.....	7.120	} Percentagem 32,03
				Aprovações.....	2.281	
1930....	{	Capital....	{	Matrículas.....	5.352	} Percentagem 42,58
				Aprovações.....	2.279	
	{	Interior....	{	Matrículas.....	6.634	} Percentagem 30,19
				Aprovações.....	2.003	

FEIÇÃO DA ESCOLA MODERNA NO AMAZONAS

A evolução tem um grande e sugestivo poder sobre a mentalidade dos povos. Cada um é a expressão do seu tempo, assinalando pendores que são estádios de inteligência pela craveira da sua cultura. As conquistas do espírito verberam os assomos do progresso das ciências, das letras, das artes e das indústrias.

O poder humano, nas suas mais altas realizações, há de ser proporcional à elevação do pensamento que o ampara e prestigia. Tudo marchará paralelamente adstrito às condições do ambiente. Ora, a escola elementar, como função do meio que pretende servir, não podia, antigamente, fugir a êste preceito, como a atual não pode ficar estacionária, presa à rotina dos velhos hábitos, na contingência dos estafados métodos pedagógicos.

A escola de hoje evoluiu; tornou-se o que é, possuindo seu caráter peculiar. Fêz *ativa* uma oficina de trabalho, porque ela quer fazer, de cada criança, um ser esclarecido, empreendedor, capaz de resistir e vencer na luta atormentada das competições. Combate, em cada aluno, o marasmo, a consumpção, a falta de iniciativa, porque é fazendo que o escolar aprenderá a fazer.

Para colimar tão conseqüente escôpo, banuiu-se o ensino livresco, desapareceram as lições decoradas. E' certo que a escola ativa não dispensa em absoluto os compêndios em que estão vasadas as matérias a estudar. Êles, porém, são tidos como espécies de roteiros em que se marcam apenas os rumos mas não o próprio caminho, para que a criança o descubra e abra por si mesma, com o seu esfôrço e atilamento. A lição não deve estar feita. Ao professor e ao aluno é que cumpre fazê-la, objetivá-la, na abundância dos casos em aprêço.

A nossa escola, para alcançar êsse "desideratum", procura educar a percepção infantil, usando, para isso, do método Decroly, assente, que é, na psicologia experimental. Nos Grupos de Manáus, já se compreende o alcance dos "*centros de interêsse*". De fato, a *observação*, a *sucessão de idéias* e a *expressão* constituem a gênese do conhecimento.

E' lógico que aí surja o método intuitivo tão recomendado, nas velhas escolas, por Pestalozzi. Mas, no seu tempo, desconhecidos ainda os princípios da pedagogia de Herbart, fundada na ciência da alma, não se cogitava do crescimento mental do aluno, fenômeno tão importante como o do corpo.

Como não era possível compreender certas teorias que se apresentavam ao estudante e consignadas nos seus compêndios de aula, obrigavam-no a decorá-las. Estabelecia-se, assim, o automatismo intelectual convertido em hábito, embargando os vôos espontâneos da imaginação, o sentido criador do pensamento. Infelizmente, a maior parte das escolas do interior do

Estado, regidas interinamente por leigos em matéria pedagógica, não pratica e nem podia praticar aquele postulado em que se plasma todo o ensino hodierno.

Nas classes maternais instituídas em nossas escolas de primeira entrância, procuramos adotar as diretrizes da Dra. Maria Montessori, diretrizes tão bem exaradas na sua "Antropologia Pedagógica". Isto, porque a grande psiquiatra viu, na criança que se educa, descobriu na almazinha que desabrocha, um agente de si mesma. "O menino, disse ela, qual o viajor em busca de descobertas, procura as cousas novas e faz grande esforço para compreender e imitar. E' preciso, por meio do ensino, atenuar êsses esforços e transformá-los em gôzo e em conquista. Nós somos os cicerones dêsses viajores, que penetram no pensamento humano; nós devemos por-nos à sua disposição.

Um guia inteligente e esclarecido não se perde em discursos vãos e inexatos; comenta breve a obra de arte, pela qual o turista se interessa, e deixa respeitosamente o viajor observá-la pelo tempo que lhe apraz".

Podemos asseverar que as nossas escolas da capital não andam fora dêste caminho. O professorado que ha mais de trinta anos vem saindo da nossa Escola Normal compreende e executa as transformações por que o ensino tem passado. O amor e a brandura, com que se processam as aulas, tornaram a escola um centro de atração.

As crianças aprendem, sem perceberem que estão cumprindo uma obrigação. Quanta diferença da escola antiga! Ontem, repelente, terrorista; hoje procurada e melhor, para muitos, que o seu próprio lar.

Criou-se, no ambiente escolar, uma outra noção da vida, bem atenuadas ou disfarçadas todas as contingências e encargos que desanimavam e estiolavam a alma infantil.

O ensino primário, no Estado, maximé na capital, tem-se desenvolvido e tornado mais eficiente, depois que se agruparam muitas das suas escolas. O trabalho dividido é mais rendoso e suave. Cada professor, em vez de distribuir sua atividade por duas ou três classes, cada uma destas com seus programas diferentes, consagra-se a uma só turma de alunos. Demais, a lhanza de trato, as gentilezas, a cordialidade entre as mestras, tudo à vista das crianças, gerou, pelo natural espírito de imitação, traços idênticos de conduta entre estas.

As festas infantís, que se efetuam nos dias de significação cívica, formaram, fortalecido na convivência diária, o vínculo da solidariedade entre os escolares, tirando-lhes temor das legítimas e discretas exhibições, dessas que não excluem a verdadeira modéstia.

Com que dificuldade, outrora, se organizava uma pequena diversão escolar, mesmo de carácter íntimo, para solenizar uma efeméride ou o

êxito dos exames! Hoje, todos os alunos querem tomar parte no programa da cerimônia...

Conseguimos que a criança fosse, mais do que nunca, amiga da sua mestra. Realmente, estima-a, cerca-a de carinhos, sem ficar diminuído o respeito em que se envolve o aprêço. Por outro lado, a professora sabe perdoar as faltas infantís. Não humilha, por palavras ou com castigos corporais, o serzinho que lhes confiaram, para fazer dele uma personalidade, um *agente de si mesmo*.

A escola é um lugar de alegre convívio. Antes, mesmo, de começarem os exercícios, portas fechadas ainda, lá estão os estudantes a espera da hora aprazada. Temos visto meninos não chegados à idade escolar, que, pela sugestão dos seus camaradas mais velhos, se empenharam para *estudar*. Os que comparecerem, pela primeira vez, ao Jardim da Infância, não mais perdem um só dia daquela convivência de folguedos em que os "dons" de Froebel ou a *atividade voluntária* de Montessori tanto desenvolvem o seu embrionário espírito.

Nas nossas casas de ensino praticam-se os "tests", exercícios de aproveitamento e capacidade, pelos quais se infere do valor que os educandos adquirem, semanalmente, no seio das classes.

O professorado amazonense não cessa de empregar os seus melhores propósitos em fazer de nosso magistério o centro de irradiação da mentalidade nova, integrando a criança no papel que, mais tarde, lhe competirá no drama da vida. Mas, ainda muito resta a realizar, nas aperturas da pobreza de materiais em que se debatem as nossas escolas, principalmente as do interior do Estado. Contudo, elas já são o reflexo de um meio evoluído, com as vantagens da simpatia popular, com os impulsos da ação governativa e com a boa vontade e inteligência de quem as exerce...

NECESSIDADES DO ENSINO E SUAS DESPESAS

Já o dissemos e aquí repetimos: não há no Brasil instrução popular mais cara e que encontre maiores obstáculos que a do Amazonas. O Estado depende cêrca de uma quarta parte dos seus créditos com a manutenção de suas escolas. A disseminação dos seus habitantes, muitos vivendo no recôndito das florestas, internados nos lagos e rios, onde abundam castanhas e seringais, é o mais sério empecilho à difusão do ensino. São inúmeros os lugares em que se reúnem, nas cercanias de um barracão de negócio, mais de trinta crianças em idade escolar. Esses pequenos centros de atividade poucas vezes possuem escolas, pois que os recursos do Tesouro Público, por muito que quisesse dar combate ao analfabetismo, não as poderia manter.

Com a iniciativa privada não se pode contar nesse "hinterland" vastíssimo. São raros os professores particulares, no interior do Estado,

mesmo porque são raros, igualmente, os pais que dispõem de elementos para remunerá-los.

Leve-se ainda em conta que uma boa parte dessa população rural é adventícia. Vai para onde a atrai o interesse das safras de produtos naturais. Assim, as crianças não tem tempo de frequentar escolas, nessa contingência econômica dos pais.

Enquanto, no Amazonas, essa gente não se radicar ao solo, pela agricultura e pela criação, viverá o grande espantinho da democracia nacional: a ignorância. Mas, se a União, o Estado e os municípios, numa ação conjunta, combinassem uma campanha em prol de colônias agrícolas e pecuárias no intuito de nuclear nossas populações sertanejas, nômades por necessidade do viver, outra seria a difusão do ensino e menores as suas despesas.

O Amazonas, não obstante seus grandes sacrifícios, ainda não possui uma quinta parte das escolas que precisaria manter. Veja-se esta verdade, no seguinte quadro da população do Amazonas, destacada a infantil, o número de escolas que seriam necessárias e das existentes, em cada Prefeitura e Delegacia Municipal, em dezembro de 1931:

CONFRONTO DO NÚMERO DE ESCOLAS EXISTENTES COM O DAS NECESSÁRIAS

NS.	PREFEITURAS E DELEGACIAS MUNICIPAIS	POPULAÇÃO TOTAL	CRIANÇAS DE 6 A 14 ANOS (12%)	ESCOLAS NECESSÁRIAS SENDO UMA PARA CADA 30 CRIANÇAS	ESCOLAS EXISTENTES		
					Estaduais	Municipais	De emergência
1	Barcelos.....	4.107	492	16	1	—	—
2	Barreirinha.....	2.280	273	9	4	—	—
3	Benjamin Constant.....	11.940	1.432	47	3	—	2
4	Boa Vista R. Branco.....	8.475	1.017	33	2	—	—
5	Borba.....	20.289	2.434	80	5	—	—
6	Canutama.....	11.212	1.345	43	2	—	—
7	Carauari.....	10.163	1.219	40	3	—	—
8	Coari.....	11.342	1.361	45	2	1	2
9	Codajás.....	10.960	1.315	43	4	—	—
10	Florianópolis.....	16.059	1.927	54	3	—	—
11	Fonte Boa.....	12.217	1.466	48	4	—	—
12	Humaitá.....	14.914	1.789	59	4	—	—
13	Itacoatiara.....	20.889	2.233	74	18	4	2
14	João Pessoa.....	19.011	2.291	76	1	—	—
15	Labreia.....	20.059	2.407	60	2	—	—
16	Manacapuru.....	17.489	2.098	69	13	—	2
17	Manaus.....	93.875	11.265	375	170	31	7
18	Manicoré.....	19.077	2.289	76	3	—	—
19	Maués.....	13.512	1.621	54	5	3	—
20	Moura.....	1.714	205	6	2	—	—
21	Parintins.....	18.812	2.275	75	8	—	3
22	Pôrto Velho.....	6.214	745	24	4	—	—
23	São Gabriel.....	18.042	2.165	72	4	—	—
24	S. Paulo de Olivença.....	14.307	1.716	57	4	—	—
25	Silves.....	4.159	499	16	4	—	—
26	Tefé.....	14.502	1.740	58	8	—	—
27	Urucará.....	4.138	496	16	2	—	—
28	Urucurituba.....	5.242	629	20	1	—	1
	Total.....	425.000	50.744	1.645	286	39	19

O ENSINO PARTICULAR

A iniciativa privada, no Amazonas, está concorrendo bastante para se desenvolver o ensino. Novos estabelecimentos tem-se criado nestes últimos cinco anos, sendo que os já existentes vão melhorando suas instalações, regularizando seus serviços e suas matrículas aumentam.

Não há, na Diretoria Geral de Instrução Pública, a obrigatoriedade do registro dessas casas de educação e ensino. Inscritos, nessa repartição, existem 37 que seguem o regime pedagógico das nossas escolas públicas. São equiparados, para o efeito da validade de seus exames e percepção de auxílios, que o Governo, algumas vezes, distribue. Outros estabelecimentos vivem desligados de relações com o poder público. Sòmente os primeiros, sendo todos da capital, organizam suas estatísticas e são fiscalizados pelos inspetores escolares.

No interior do Estado, sabe-se que há numerosas escolas particulares, regidas por pessoas leigas. Nenhuma, porém, inscrita na referida repartição. Impossível, nestas condições, determinar-se o movimento de tal serviço, certamente procedido sem método, sem orientação, por gente apenas de boa vontade, mas sem a precisa cultura.

Em página anterior, já deixamos entendido que a profissão do magistério particular, nesses longínquos sertões amazonenses, não é convidativa. Onde, exatamente, mais se faz mister espalhar o ensino elementar, os habitantes são paupérrimos, vivendo sem conforto, em casinhas miseráveis e arrastando, na sua atividade de roceiros ou extratores, a prole maior de seis anos. Não podem nem agasalhar, nem pagar a um professor. Além disso, os gêneros de primeira necessidade são caros, alí, em consequência dos fretes que pagam às emprêsas de navegação.

Os únicos estabelecimentos permanentes de ensino particular, e com organização conhecida, são os mantidos pelas Missões Salesianas em São Gabriel, Moura, Taracua e Jaiuretê, no Rio Negro; Tefé, São Paulo de Olivença e Tocantins, no Solimões e Pôrto Velho, no Madeira; todos muito freqüentados e dirigidos por membros da Ordem religiosa de Dom Bosco.

Dos 37 estabelecimentos existentes em Manaus, e oficialmente inscritos, três, além do curso primário, mantem o secundário, destacando-se o "Colégio Dom Bosco", internato, semi-internato e externato para o sexo masculino. Seu curso ginásial é equiparado e seus alunos fazem, no próprio colégio, sob a fiscalização de um Delegado do Departamento Nacional de Ensino, os preparatórios de que precisam para o ingresso às Faculdades superiores do país.

O ensino particular, nesta capital, continua a ser tido em grande aprêço. E', assim, que as principais Associações mantem escolas, à custa dos seus cofres, entre elas a Maçonaria, a Associação dos Empregados no

Comércio do Amazonas, o Luso Sporting Club, a União Operária, etc. Todas para o ensino de ambos os sexos. Exclusivamente para o sexo feminino, notáveis pelas suas matrículas, funcionamento e resultado dos seus exames, distinguimos os colégios "Santa Dorotéia" e "N. S. Auxiliadora", ambos dirigidos por irmãs professoras.

MATRÍCULA E FREQUÊNCIA NOS ESTABELECIMENTOS PARTICULARES INSCRITOS, DE MANAUS (1925-1931)

ANOS	ESTABELECIMENTOS	MATRÍCULA	FREQUÊNCIA
1925.....	18	1.274	854
1926.....	22	1.387	971
1927.....	26	2.035	1.389
1928.....	27	1.857	1.303
1929.....	29	1.720	1.109
1930.....	43	2.601	1.964
1931.....	37	2.190	1.463

O ENSINO PROFISSIONAL E O SECUNDÁRIO

O CURSO NORMAL

No Estado, funciona uma única Escola Normal, contendo um curso de cinco anos, compreendendo as seguintes cadeiras:

1ª e 2ª: Português. Noções de latim. Noções de literatura nacional; 3ª: Francês; 4 e 5ª: Matemática elementar; 6ª: Geografia Geral e do Brasil. Noções de Cosmografia; 7ª: História Universal e do Brasil. Noções de Direito Pátrio; 8ª: Física e Química aplicada à agricultura e à vida prática; 9ª: História Natural aplicada à vida prática. Noções práticas de agricultura e zootecnia; 10ª: Pedagogia. Metodologia em geral. Educação Cívica e Moral; 11ª: Noções de psicologia. Noções de Higiene. Primeiros cuidados médicos; 12ª: Educação Física; 13ª: Trabalhos manuais. Economia doméstica; 14ª: Desenho e Caligrafia; 15ª: Música. Canto coral.

No quinto ano ou quinta série do curso, além das matérias que a constituem, lecionadas à tarde, os estudantes — que, então, são designados por "alunos-mestres" — praticam, pela manhã, durante o período letivo, o ensino primário fundamental, nos grupos escolares de Manaus. Chama-se a este aprendizado "o ano de estágio", afim de praticarem os métodos, os processos de ensinar, os modos de organizar as classes, escriturar os livros, fazer a correspondência escolar, etc.

Após êste indispensável tirocínio, as alunas-mestras prestam exames de "habilitação ao magistério", que lhes dá direito ao conferimento do diploma.

A Escola Normal também prepara candidatos ao magistério, para escolas rurais. Basta, para isso, haverem concluído o curso da Escola Preparatória, o das disciplinas da 5ª série do curso normal e o estágio escolar. Essas recebem um diploma de *Professor Primário Elementar*, enquanto que as primeiras o de *Professor Normalista*, com o direito de regência de cadeiras na capital e nas cidades do interior.

O curso normal do Estado já é antigo. Seu início vem da criação de uma cadeira de Pedagogia, no Liceu Amazonense, em 29 de maio de 1871.

Em 31 de janeiro de 1877, de conjunto ainda com o de humanidades, o presidente da Província, Dr. Jaci Monteiro, criou o curso normal, de três anos.

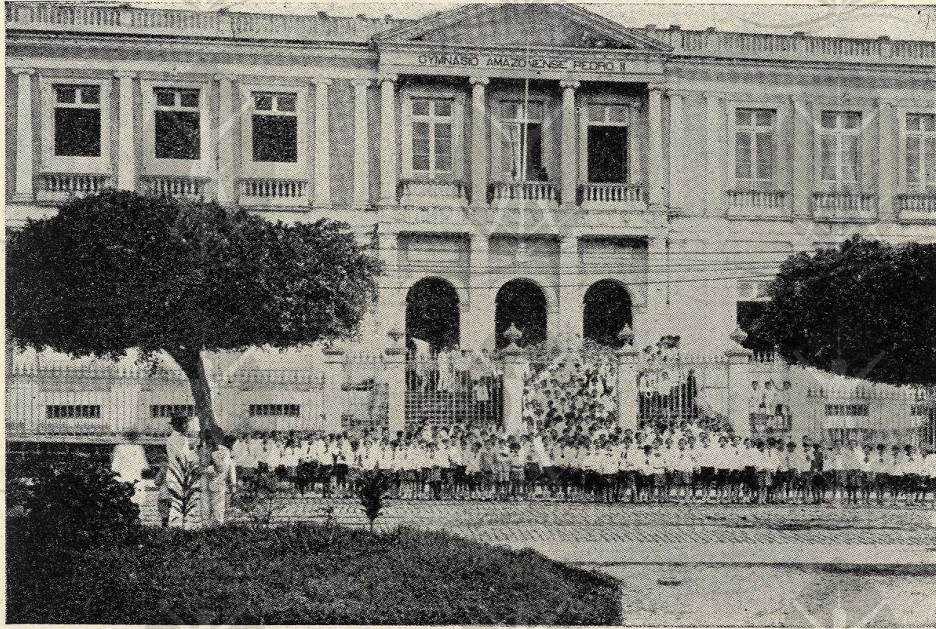
Em 4 de novembro de 1880, é criada a Escola Normal, separada do Liceu e instalada em 6 de março de 1882. Desde então, tem sido o viveiro do nosso professorado e vai concorrendo para melhorar as condições do ensino amazonense.

Com a manutenção do curso normal, o Governo despende, anualmente, cêrca de 103:000\$000.

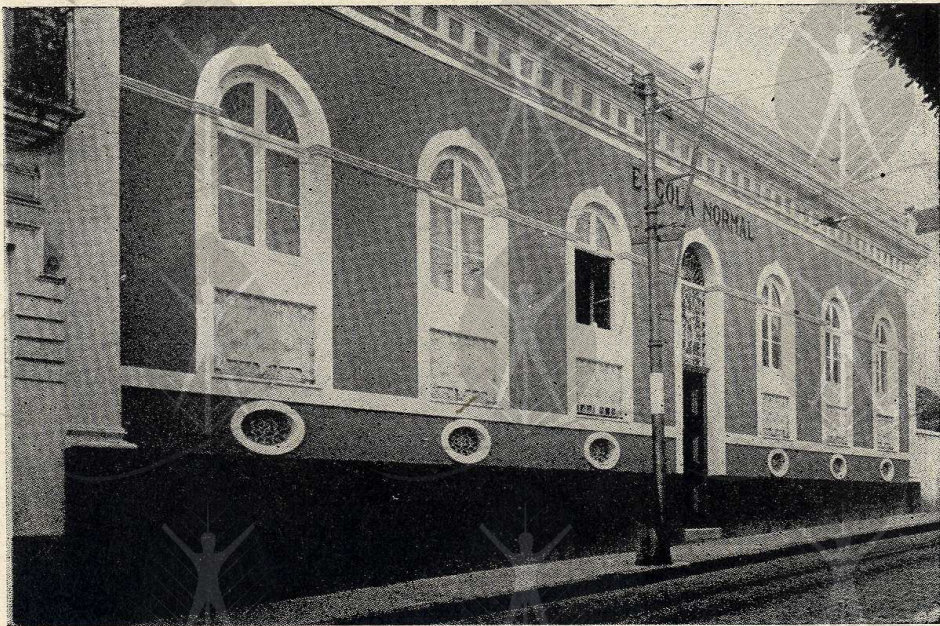
Nos sete últimos anos, o movimento das inscrições e resultado de exames finais está assinalado no seguinte quadro:

MATRÍCULA NA ESCOLA NORMAL, POR SÉRIES DO CURSO (1925-1931)

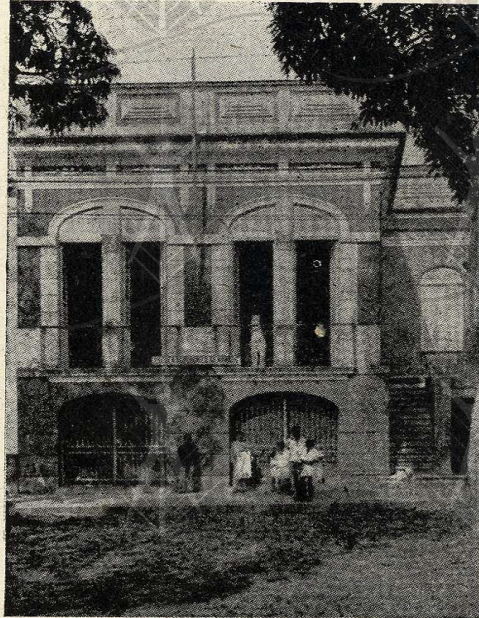
ANOS	SÉRIES DO CURSO					TOTAL	DIPLO- MADOS	DIPLO- MADOS PRIMÁ- RIOS
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª			
1925.....	31	12	11	22	19	95	19	—
1926.....	58	31	10	11	23	133	23	—
1927.....	77	36	24	12	13	162	11	1
1928.....	127	60	39	24	22	272	10	11
1929.....	169	64	52	34	40	359	23	15
1930.....	164	98	76	34	50	422	36	13
1931.....	75	110	89	70	34	378	30	—



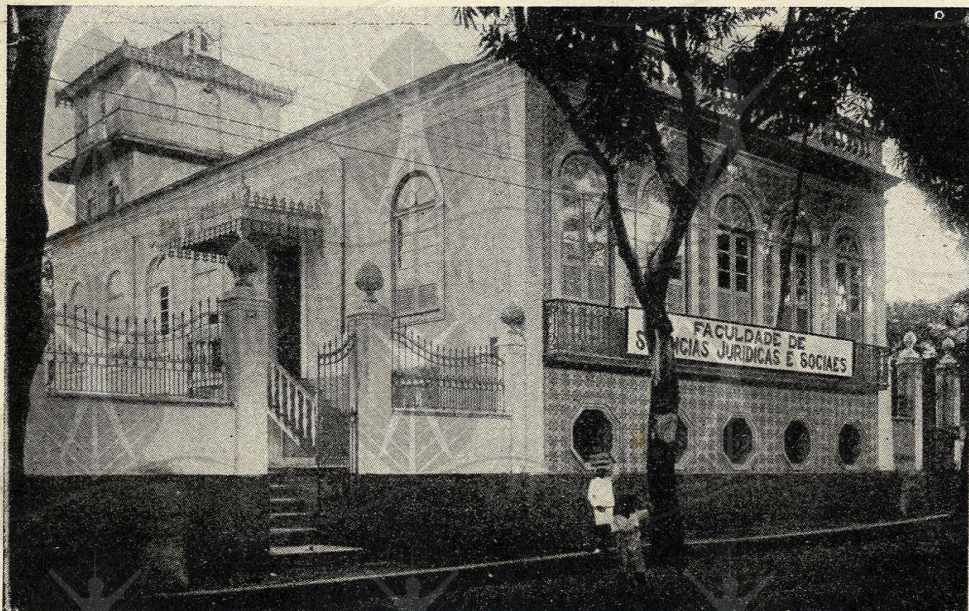
Ginásio Amazonense Pedro II — Manaus, Amazonas



Escola Normal — Manaus, Amazonas



Escola Agrônômica — Manaus, Amazonas



Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais — Manaus, Amazonas

MATRÍCULA NA ESCOLA PREPARATÓRIA, ANEXA À ESCOLA NORMAL, DE 1925 A 1931

Anos	Matriculados	Concluíram o curso
1925.....	103	26
1926.....	111	55
1927.....	159	75
1928.....	174	114
1929.....	242	133
1930.....	287	127
1931.....	289	48

O ENSINO COMERCIAL

Criada por lei municipal de 26 de novembro de 1909, existe, em Manaus, uma Escola de Comércio sob a denominação de "Escola Municipal de Comércio Solon de Lucena", funcionando sempre regularmente, com aumento considerável de suas matrículas. Por decreto de novembro de 1931, do Governo da Intervenção Federal no Estado, foi incorporada ao magistério amazonense, passando a ser superintendida pela Diretoria Geral da Instrução e custeada pelo Tesouro Público. Contém um curso *integral*, que habilita para as funções de despachante aduaneiro, guarda livros, perito judicial, representante, agente, diretor ou gerente de casa comercial, estabelecimentos de crédito, empresa industrial e burocracia em geral. Esse curso está dividido em duas séries: o curso *fundamental*, composto de três séries ou anos, e o *técnico*, de duas séries ou anos. O integral é dado nas seguintes cadeiras: 1ª Português; 2ª Francês; 3ª Inglês; 4ª Aritmética e Álgebra; 5ª Geografia Física e Política Geral e Corografia do Brasil; 6ª Geografia Comercial e História das Indústrias e do Comércio; 7ª Contabilidade Pública, Comercial e Industrial; 8ª Matemática Comercial (Aritmética, Álgebra e Geometria Prática); 9ª Economia Política e Finanças; 10ª Direito Comercial, Legislação aduaneira e Noções de Direito Civil, Administrativo e Constitucional; 11ª Mecanografia e Estenografia.

A Escola funciona à noite, no edifício da Escola Normal. Seu ano letivo vai de março a outubro. Em novembro tem lugar os exames. O curso é misto e provoca uma despesa anual de 58:020\$000.

O movimento de suas inscrições de alunos é o que segue:

MATRÍCULA POR SÉRIES DO CURSO E CONCLUSÕES DE CURSO

ANOS	MATRÍCULA, SEGUNDO AS SÉRIES					TOTAL	DIPLO- MADOS
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª		
1925.....	82	82	15	8	—	123	—
1926.....	50	28	20	8	6	112	6
1927.....	65	15	26	8	7	121	5
1928.....	53	26	11	7	10	107	—
1929.....	79	34	12	7	8	140	5
1930.....	120	20	21	6	6	173	6
1931.....	112	40	20	14	4	190	—

A "Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas" também sustenta em Manaus, um *curso comercial*, não oficializado, tendo já preparado várias turmas de rapazes e moças para a profissão do comércio.

O ENSINO AGRONÔMICO. OUTROS CURSOS

Na Capital do Estado, funciona regularmente uma Escola Agronômica, desde 29 de abril de 1912. Dá um curso de quatro anos dividido em *fundamental* (um ano) e *integral* (três anos), lecionado em oito cadeiras:

1ª. *Física agrícola*: Física, Meteorologia e Climatologia, Mineralogia e Geologia;

2ª. *Química agrícola*: Química mineral e orgânica, Química analítica e Química agrícola;

3ª. *Botânica agrícola*: Botânica em geral e sistemática, Microbiologia e Fitopatologia;

4ª. *Agricultura*: Agricultura geral e Culturas especiais;

5ª. *Zootecnia*: Zoologia geral e sistemática, Entomologia, Zootecnia geral e Sistemática, Noções de Veterinária e de Higiene;

6ª. *Engenharia Rural*: Matemática, Topografia e Estradas de Rodagem, Hidráulica, Irrigação e Drenagem, Mecânica agrícola e Construções rurais;

7ª. *Economia Rural*: Economia rural, Legislação rural e Contabilidade;

8ª. *Tecnologia Rural*.

A Escola Agronômica de Manaus tem prédio próprio.

Em 11 de maio de 1915, confere diplomas aos seus primeiros alunos. Tem recebido, do Governo Federal, desde 1918, uma subvenção de vinte contos de réis anuais. Possui um campo experimental, num dos bairros de Manaus. Até 8 de março de 1922, a Escola Agronômica esteve ligada à extinta *Universidade de Manaus*, passando a ser completamente autônoma desta data em diante.

Tem sido este o movimento de seu curso, nos sete últimos anos:

MATRÍCULA NA ESCOLA AGRONÔMICA DE MANAUS (1925-1930)

ANOS	MATRÍCULA NAS SÉRIES DO CURSO				TOTAL	DIPLOMADOS
	Curso fund.	1ª	2ª	3ª		
1925.....	25	14	—	12	51	13
1926.....	23	11	8	1	43	1
1927.....	12	14	9	8	43	8
1928.....	19	8	9	6	42	6
1929.....	21	16	6	6	49	5
1930.....	25	12	6	6	49	6
1931.....	5	6	18	8	37	7

Igualmente oficializadas e funcionando regularmente, há, em Manaus, uma Escola de Farmácia e outra de Odontologia, que teem diplomado diversas turmas de estudantes, hoje exercendo os tirocínios para que se

prepararam. Na Escola de Aprendizes Artífices, localizada nesta Capital, acham-se matriculados mais de uma centena de rapazes, que, além das primeiras letras, cursam oficinas de marcenaria, alfaiataria e ferraria. Se é certo que ainda não dispõe de um edifício amplo e higiênico, dela teem saído numerosos profissionais, para o exercício daquelas artes. Esse estabelecimento pertence ao Governo Federal.

Há, igualmente, em Manaus, várias escolas de dactilografia e estenografia, tão proveitosas vão sendo ao comércio e à burocracia do Estado.

O ENSINO SECUNDÁRIO

O Ginásio Amazonense Pedro II, equiparado ao Colégio de igual nome do Rio de Janeiro, é o principal estabelecimento de ensino secundário do Estado. Com a denominação de Liceu Provincial, para o estudo de "humanidades", êle foi criado em 14 de março de 1869.

A 5 de setembro de 1886, foi solenemente inaugurado o soberbo edifício em que até hoje se encontra. Por suas aulas teem passado gerações e gerações de rapazes e moças, que se destinaram, uns ao magistério e outros prosseguiram nas Faculdades superiores do País para o engrandecimento da cultura nacional.

O Ginásio possui a mesma organização pedagógica que o seu congênere, na capital brasileira.

Seu curso de cinco anos é fiscalizado por um Inspetor federal, que acompanha cuidadosamente as aulas, como os demais serviços inerentes à organização dêsse educandário.

De quantos estabelecimentos equiparados existem na República, nenhum possui gabinetes de Física e História Natural e laboratório de Química, tão grandes e variados, como o nosso Ginásio. Pouquíssimos teem a instalação dêste. As suas matrículas teem aumentado consideravelmente a ponto de ser necessário o desdobramento de suas cadeiras em duas e mais turmas, processando-se pela manhã e à tarde.

O quadro seguinte afirma-o melhor:

MOVIMENTO DIDÁTICO NO GINÁSIO AMAZONENSE PEDRO II (1925-1931)

ANOS	MATRÍCULA NAS SÉRIES DO CURSO					TOTAL	CON- CLUSÕES DE CURSO
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª		
1925.....	63	14	18	15	19	129	19
1926.....	52	48	17	7	17	141	17
1927.....	46	36	28	10	7	127	7
1928.....	41	46	41	14	10	152	10
1929.....	63	60	35	37	13	208	13
1930.....	80	63	52	32	35	262	35
1931.....	109	86	57	48	39	339	34

Além do Ginásio, poucos estabelecimentos professam o ensino secundário em Manaus, sendo o mais importante o "Colégio Dom Bosco", que, neste último quinquênio, tem preparado várias turmas de estudantes, inclusive as que concluíram o curso ginásial. Fazendo seu "curso de preparatórios", muitos são lecionados por professores particulares prestando os exames que a lei federal tem permitido.

No interior do Estado não consta a existência de estabelecimentos secundários, em curso regular.

O ENSINO SUPERIOR

Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Desde 1910 funciona regularmente esta Faculdade. Fazia parte da antiga Universidade de Manaus, que teve seus cursos abertos solenemente a 15 de março daquele ano. Em virtude da Portaria de 11 de setembro de 1923, do Sr. Ministro da Justiça e Interior, Dr. João Luiz Alves, foi a Faculdade equiparada às congêneres do País, seu curso autônomo, desligando-se daquela Universidade, que, por sua vez, se dissolveu. Sua organização didática, por força da oficialização que lhe foi outorgada, não difere da que se acha em vigor na Universidade do Rio de Janeiro. Possui edifício próprio, com excelentes salas, o qual lhe veio por doação do Estado, que a subvencionou com a quantia de 12:000\$ anualmente.

O seu movimento de matrícula e conclusões de curso está expresso no seguinte quadro, de 1925 a 1931:

Anos	Matriculados	Diplomados
1925.....	32	5
1926.....	42	1
1927.....	44	14
1928.....	59	4
1929.....	58	6
1930.....	69	10
1931.....	63	5

Quanto aos demais cursos de ensino superior, existentes em Manaus, como Agronomia, Farmácia e Odontologia, preferimos incluí-los em páginas atrás, no rol dos estabelecimentos de ensino profissional.

* * *

Concluindo estas ligeiras notas sobre o ensino, em geral, no Amazonas começando por evocar estádios do seu progresso e depressões dos seus maus dias, damos a seguir, em síntese, as despesas que o Estado tem feito, nesse departamento de sua administração, de 1926 a 1930, afim de demonstrar

quanto empenho e sacrifício vem fazendo, em prol de um lindo ideal — a cultura do seu povo — não obstante seus minguados orçamentos sempre decrescentes, sacrifício êsse que visa o seu próprio bem estar e a prosperidade do Brasil.

DESPESAS COM O ENSINO

ANOS	DESPESA EFETUADA COM O ENSINO					PERCENTAGEM ORÇAMENTÁRIA
	Primário	Secundário	Profissional	Superior	Total	
1926...	1.207.428\$759	225.485\$070	178.824\$840	...	1.611.738\$669	16,99
1927...	1.243.508\$739	233.143\$499	179.740\$000	14.000\$000	1.670.392\$238	17,84
1928...	1.363.468\$776	254.531\$613	181.310\$106	14.000\$000	1.813.310\$495	13,09
1929...	874.524\$617	174.143\$556	126.250\$443	15.000\$000	1.189.918\$616	8,61
1930...	1.347.051\$103	253.450\$030	184.832\$771	15.800\$000	1.801.133\$404	13,36

INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS E CULTURAIS DA BAÍA

Isaías Alves

Diretor Geral de Instrução do Estado

As origens da educação nacional encontram-se nos primitivos centros onde os padres e frades das várias ordens firmaram oscilantes princípios de disciplina moral, em meio à confusão e à desordem dos imigrantes portugueses aumentadas pela influência degradante do cativo negro e do índio.

De tais centros é a Baía sem dúvida o mais saliente nos primeiros séculos da colonização. Capital da colônia, desde que a experiência demonstrou a impossibilidade do isolamento das capitâneas, a Cidade do Salvador foi o centro de notável atividade cultural até fins do século XIX, quando decresceu notavelmente o seu prestígio cultural em benefício dos núcleos da civilização meridional.

Essa modificação é resultado de condições sociais e econômicas muito importantes. Até a liberdade dos escravos, a Cidade do Salvador hospedava uma aristocracia pouco cultivada mas orgulhosa, que tudo fazia para ilustrar o nome da família com o brilho dos lauréis doutorais.

Eram às centenas os rapazes que se viam obrigados ao estudo aturado em colégios rigorosos, não já de padres mas de autodidatas cheios de patriotismo. E' notável que os atuais colégios de padres estrangeiros datam de 1905, se não falarmos no Seminário, e que as fortes gerações de estudantes baianos que dominaram a política do império veem de institutos secundários de

severa disciplina, exclusivamente regidos por professores baianos, nos moldes do ensino clássico baseado no latim.

Passada a riqueza mantida pelos escravos, desalojados os aristocratas, veio novo fato que alterou as condições educacionais da Baía. Até então acorriam à sua capital centenas de estudantes do Norte e do Sul, a cursarem sua faculdade médica. Isso induzia as famílias das províncias a fazê-los estudar preparatórios na Baía, que dominava todo o norte do Brasil, pouco influndo neste ponto de vista a ida dos baianos para o curso jurídico de Recife, todos já preparados para a matrícula.

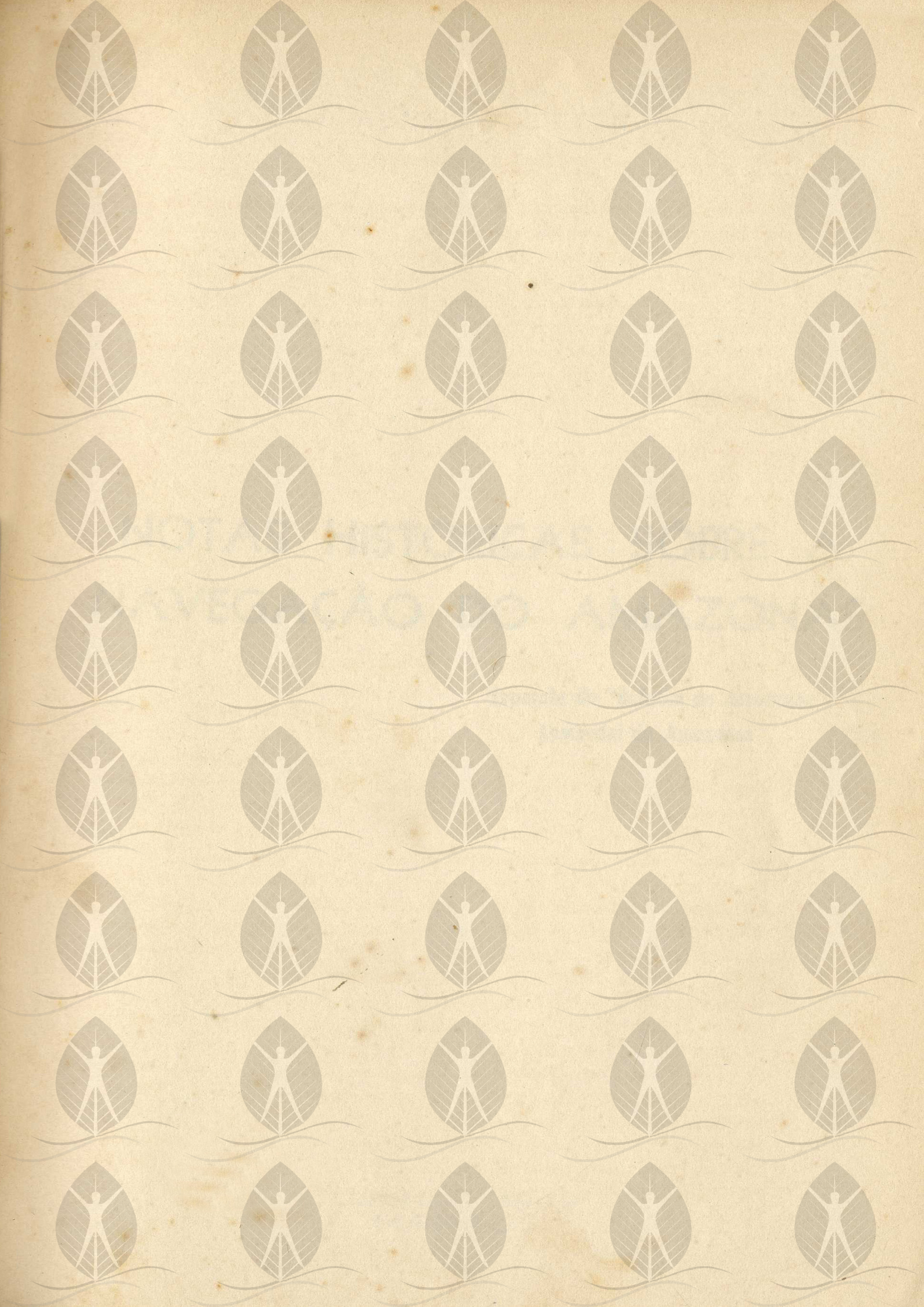
Com a República, surgiram as faculdades equiparadas; disseminou-se o ensino superior; reduziu-se a freqüência de filhos das províncias e a Baía se teve de bastar a si mesma. Neste período S. Paulo surgiu no cenário cultural passando de cidade de cerca de 90.000 habitantes, quando Salvador possuía 150.000, a uma metrópole de 1 milhão, quando sua irmã mais velha alcança 400.000.

Aquí as condições econômicas preponderaram e a indústria jornalística e livreira veio fazer em anos o que lá se conseguira em séculos. Livros e jornais não se fazem apenas com talento literário e agudez científica. Êles precisam de ambiente e proveem do capital. Ambos os elementos faltaram e faltam na Baía, bem ao contrário da situação paulista, onde companhias publicadoras porfiam por dominar os mercados nacionais, organizando industrialmente a produção e distribuição de livros, enriquecendo o meio e prestigiando-o perante as províncias do norte, centro e sul.

Nesse esforço inteligente, os paulistas teem excedido a própria indústria livreira do Rio de Janeiro. E' razoável tal situação, em vista das instituições educacionais de S. Paulo, de ensino primário e normal, nos quais se tem criado forte espirito profissional, que se forma somente pela leitura de trabalhos técnicos ou aproximadamente tais.

Outro aspecto social da vida intelectual baiana, no que quer que seja de decadência, é a emigração dos elementos que alcançam mais alta especialização e que procuram o sul do país para campo de sua atividade científica ou literária. Verdade é que a migração dos homens de mais estudo é fenômeno verificado em todo o norte, e até o extremo sul tem enviado para a metrópole carioca notáveis representantes. Da Baía, porém, emigram todos os anos dezenas de diplomados que enriquecem economicamente no Sul, e teem assim oportunidade de enriquecer a inteligência e aperfeiçoar os métodos de sua atividade profissional. Raramente voltam à terra natal, onde sua presença em rápidas visitas, é incentivo para novos emigrantes, ambiciosos de mais ampla e frutuosa atividade.

Como explicar o êxito desses elementos, educados no regime teórico, sem bibliotecas, sem livrarias, sem jornalismo científico? Êles conseguem eminentes posições nos estados meridionais, na política local, nas indústrias





AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA